

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VITÓRIA FERNANDA FREITAS SAIAGO

**NEOLIBERALISMO E CIBERESPAÇO: MERCADO DE DADOS,
CONCORRENCIALISMO SOCIAL E PÓS VERDADE**

UBERLÂNDIA
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VITÓRIA FERNANDA FREITAS SAIAGO

**NEOLIBERALISMO E CIBERESPAÇO: MERCADO DE DADOS,
CONCORRENCIALISMO SOCIAL E PÓS VERDADE**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Marisa Silva Amaral

UBERLÂNDIA
2022

VITÓRIA FERNANDA FREITAS SAIAGO

**NEOLIBERALISMO E CIBERESPAÇO: MERCADO DE DADOS,
CONCORRENCIALISMO SOCIAL E PÓS VERDADE**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

Uberlândia, 31 de março de 2022.

Prof. Dr. Nilton Ken Ota (FFLCH/USP)

Prof. Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça (IERI/UFU)

Profa. Dra. Marisa Silva Amaral (IERI/UFU – Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Como não recordar das minhas inspirações da infância e pré-adolescência? Tia Solangea, artista, professora e mãe da minha melhor amiga de infância, que tanto insistia na perfeição dos nossos trabalhos e mostrava o quão gostoso e satisfatório é apresentar um trabalho com segurança. Professor Vilson, da Escola Estadual Honório Guimarães, que levava a disciplina de Geografia com amor, um amor que nos instigava a querer entender o mundo todo. Entre outras pessoas que marcaram para toda vida e fizeram grande diferença para que eu chegasse até aqui, tenho alguns especiais:

Meu avô, “papy”, figurassa e também professor, que por mais desconfiado que fosse com minhas escolhas, abraçou todas ideias e investiu com amor em meu ensino. Sempre falava “força mulher!” toda vez que me deixava na escola, nas 4 ou 5 que eu estudei, entre cursinho daqui e ali, e em seguida na faculdade, recarregou minhas forças diversas vezes, de fato.

Minha avó, por ser dura quando necessário e ser leve em momentos fundamentais.

Minhas tias Bibi e Tatá, por me apoiarem sempre.

Minha mãe, guerreira que sempre foi e sempre será, por me inspirar a não desistir nunca do que acredito.

Agradeço a minha família pela paciência e por ter aprendido junto comigo esse tempo todo.

Agradeço às melhores: Letícia Léda, Letícia Araújo e Júlia Ranzatti.

Agradeço aos amigos das “turmas fatoriais” e especialmente da 13ª turma do curso de Relações Internacionais, entre risadas e desesperos, sempre ajudamos uns aos outros.

Agradeço ao grupo de leitura de ficção científica Satélite por ampliar meu gene da criatividade e me devolver o tesão na leitura em tempos tão difíceis.

Agradeço ao CACO e Marisa, que mais recentemente me acolheram e nesse pequeno período me motivou a continuar com os estudos, desejos e sonhos acadêmicos.

Todos têm em comum uma coisa: para mim, todos são professores. Me ensinaram muito e continuarão me ensinando. Sempre estive e sempre estarei de ouvido e coração abertos, obrigada.

RESUMO

Trata-se de analisar o neoliberalismo com vistas a buscar identificar aspectos sociais que estruturam o ciberespaço. Para fazê-lo, abordam-se perspectivas influentes sobre o neoliberalismo com o intuito de buscar compreender o conceito de “razão neoliberal”, permitindo colocar em evidência alguns efeitos sociais dessa doutrina. Outrossim, visa-se sublinhar influências da referida corrente na estruturação do ambiente digital e da cibercultura, tal como se apresentam na atualidade. Em termos de suportes teóricos, a proposta se baseia principalmente em postulados de Christian Laval e Pierre Dardot, particularmente nas propostas presentes na obra intitulada *A Nova Razão do Mundo* (2017). Toma-se igualmente como referencial as propostas de Michel Foucault, em seu curso intitulado *Naissance de la Biopolitique* (1978-1979). Finalmente, consideram-se análises do ambiente digital e da digitalização da política propostas por Letícia Cesarino em diferentes trabalhos de sua autoria.

Palavras-chave: Razão neoliberal; Ciberespaço; Concorrencialismo social; pós-verdade.

ABSTRACT

It is about analyzing neoliberalism, seeking to identify social aspects that structure cyberspace. In order to do so, influential perspectives on neoliberalism are approached in order to seek to understand the concept of “neoliberal reason”, allowing to highlight some social effects of this doctrine. Furthermore, the aim is to underline the influences of that current in the structuring of the digital environment and cyberculture, as they present themselves today. In terms of theoretical support, the proposal is based mainly on postulates by Christian Laval and Pierre Dardot, particularly on the proposals present in the work entitled *A Nova Razão do Mundo* (2017). Michel Foucault's proposals are also taken as a reference, in his course entitled *Naissance de la Biopolitique* (1978-1979). Finally, analyzes of the digital environment and the digitization of politics proposed by Letícia Cesarino in different works of her authorship are considered.

Keywords: Neoliberal reason; cyberspace; Social competition; post-truth.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 INTRODUÇÃO À RAZÃO NEOLIBERAL	10
2.1 LIBERALISMO DIVIDIDO E A FUNDAÇÃO NEOLIBERAL	11
2.2 LÓGICA NEOLIBERAL	19
3 CIBERESPAÇO E NEOLIBERALISMO	26
3.1 DO BIG DATA À PÓS-VERDADE	27
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

1 INTRODUÇÃO

Desde o século XVIII, com o avanço progressivo dos processos de industrialização dos bens de consumo, cientistas, acadêmicos e teóricos delinearam previsões para o futuro marcado por avanços científicos. Literatos como Jules Verne (1828-1905), dedicaram muitas páginas à composição de obras ficcionais, também especulando sobre os impactos das novas tecnologias nos modelos sócio-políticos. Assim, expuseram diferentes projeções quanto aos eventuais rumos que a ciência e a tecnologia percorreriam a partir da chegada de imensa pluralidade de recursos tecnológicos que garantiriam, inclusive, a instauração e desenvolvimento do capitalismo. A partir da Segunda Grande Guerra, com o surgimento da tecnologia digital e, por conseguinte, dos computadores, pensadores como Isaac Asimov (1920-1992), Ursula Kroeber Le Guin (1929-2018), Philip Kindred Dick (1928-1982) intensificaram suas projeções sobre um futuro já em trâmite, mas cujos desdobramentos ainda eram imprevisíveis em relação à composição de seus modelos políticos.

No campo literário e cinematográfico de cunho ficcionais, romancistas e roteiristas, como Suzanne Collins (*The Hunger Games*, 2012) e Elia Alex Garland (*Ex-Machine*, 2015), por exemplo, ofereceram narrativas que dramatizaram os avanços tecnológicos, propondo quadros pessimistas que aludem ao horror, justamente pelo fato de as tecnologias afetarem diretamente a constituição do sujeito-psicanalítico, isto é, trata-se de um componente passível de interferir nas emoções humanas. Entre outros exemplos, foram alimentadas ideias em torno da construção de robôs com sentimentos, alegorias relativas ao tempo-espaço e entrevistas fictícias com aterrorizantes viajantes do futuro – projeções que, aliás, influenciaram e continuam inspirando diferentes expressões artísticas: filmes, séries, jogos, parques temáticos e demais sucedâneos. Nos espaços acadêmico-científicos, temos o exemplo de Arturo Escobar que, em 2004 – data recente, mas, por vezes, deslocada quando se trata de tecnologia –, escreveu para o Fórum Social Mundial que no ciberespaço poderíamos encontrar modelos viáveis de vida social, visto que, em sua essência, trata-se de um espaço baseado em “auto-organização não-hierárquica e fundamentado na possibilidade de comportamento adaptativo complexo por parte dos agentes” (ESCOBAR, 2004, p. 395). O referido autor complementa afirmando que este processo contrasta fortemente com a encarnação moderna do capitalismo, isto é, o neoliberalismo. “Este modelo está mais próximo em espírito ao anarquismo filosófico e ao anarco-socialismo e pode fornecer diretrizes gerais para as redes internacionais” (ESCOBAR, 2004, p. 395).

As ideias expostas por Escobar são passíveis de aceitação, posto que a cibernética abre espaços para utopias, vide os manifestos do Movimento de Software Livre (MSL) iniciado por Richard Stallman em 1983, justamente com o propósito de disseminar ideias de liberdade para estudar, executar, modificar e redistribuir o acesso a *softwares* (STALLMAN, 1985). À égide de uma ética igualitária, o ciberespaço conseqüentemente abriria vias à transparência, assim como à cooperação social online com construção consciente e até mesmo artística (por sua inerente liberdade). O referido Movimento (MSL) permanece vivo até os dias atuais, sendo que os *open sources* mais conhecidos são o Linux e o Ubuntu – este último, curiosamente, traz o nome de origem da expressão da língua Zulu “*umuntu ngumuntu ngabantu*”, que significa: “uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas” ou “eu sou o que eu sou porque nós todos somos”.¹ Portanto, exprime a noção de união, fraternidade e generosidade, pontuando, como fazem diversas culturas de matriz africana, que estaríamos todos conectados, e de forma interdependente.

Escobar parece não ter se equivocado em um aspecto, qual seja: o fato de o ciberespaço ser – ou poder ser – um ambiente baseado em auto-organização. Contudo, a “encarnação” moderna do capitalismo – ou do neoliberalismo, como trataremos neste trabalho – se materializou juntamente com esse ambiente. A possível auto-organização anarcossocialista se tornou, na verdade, uma espécie de autogestão induzida pelo mercado – uma lógica tendencialmente anarcocapitalista, portanto. Por estar temporalmente atrelada ao neoliberalismo, a cibernética se funde e toma forma, em conjunto com essa lógica, enquanto digitaliza as relações sociais.

Nessa direção, o século XXI inaugura uma brutal mudança de paradigma político que faz das redes cibernéticas o espaço dominante por meio do qual o processo político tradicional se desenrola, sobretudo porque cria nos indivíduos a percepção de estarem envolvidos horizontalmente nas tomadas de decisões e definições em torno de orientações das quais, em verdade, nunca participaram, exceto por meio do voto nos períodos eleitorais. A popularização das redes e das tecnologias necessárias para acessá-las abriu espaço para que as pessoas se manifestassem livremente, em alguns casos com amplo alcance, dadas as ferramentas de compartilhamento e replicação de mensagens.

¹ Estes são provérbios da filosofia Ubuntu. A palavra Ubuntu em si não é de fácil tradução para linguagens ocidentais. Não encontra um único significado, mas marca uma existência em convivência harmoniosa com o Outro. Uma pessoa pode, por exemplo, ser Ubuntu, o que significaria que é generosa, amigável, atenciosa. (VASCONCELOS, 2017)

A “propaganda computacional” consiste em fenômeno mundial que, segundo estudo de Bradshaw e Howard (2019) desenvolvido pelo *Oxford Internet Institute*, já afeta os processos deliberativos de mais de 70 países, dos quais parte expressiva vive sob regimes autoritários que se valem das novas tecnologias para controlar os debates políticos públicos. As mídias sociais constituíram, por exemplo, ferramentas fundamentais nos bastidores da Primavera Árabe, na eleição de Donald Trump nos EUA, e de Jair Bolsonaro no Brasil, na campanha do Brexit na Inglaterra, e não são menos importantes no atual contexto brasileiro, particularmente no que toca à condução do enfrentamento da pandemia de SARS-COV-2.²

No presente trabalho, nos deparamos com os acontecimentos contemporâneos citados no parágrafo anterior, sendo possível observar um possível atrelamento dos fenômenos político-digitais com as lógicas econômica e social dominantes. Em outras palavras, percebe-se que o ambiente digital contemporâneo e a cibercultura vêm se estruturando ao mesmo tempo em que o aparato neoliberal se renova e desenvolve novos dispositivos para sua manutenção hegemônica. Essa jornada conjunta parece ter sido viabilizada pela fonte comum do concorrencialismo social e do ódio, em que os efeitos sociais e políticos afetam diretamente a vida dos trabalhadores e dos indivíduos de toda a sociedade.

Para alcançar tais considerações, primeiramente buscaremos entender o caminho de estruturação desse modelo de sociedade neoliberal. Para fazê-lo, resgataremos fatos presentes que perpassam nossos suportes teóricos de base a serem apresentados, buscando compreender saliências da crise capitalista que parecem moldar a nova lógica vigente. A partir disso, objetivamos examinar como se estabeleceu o neoliberalismo e quais são suas premissas para além daquelas de caráter puramente econômico.

Em seguida, ao investigar brevemente a estruturação do ambiente digital, mostraremos o atrelamento do período dessa estrutura com o período de concretização neoliberal. Com isso, tencionamos criar uma visão a respeito da nova mercadoria mais valiosa da contemporaneidade, as formas como é utilizada e quais são seus efeitos na cibercultura e até mesmo na vida concreta da humanidade.

² A este respeito, ver interessante matéria publicada num dos principais veículos de comunicação do Senado Federal do Brasil, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/05/desinformacao-e-fake-news-sao-entrave-no-combate-a-pandemia-aponta-debate>. Acesso em: 10/09/2021

2 INTRODUÇÃO À RAZÃO NEOLIBERAL

Parece, no mínimo, incômodo perceber a fácil aceitação por parte de amplas parcelas das classes ditas “média” e “baixa” da população brasileira de contextos nos quais se generalizam intensas jornadas de trabalho que geram enormes desgastes em termos de integridade física e mental dos indivíduos. Enormes contingentes de trabalhadores cobrem hoje jornadas de entrega de alimentos e outras mercadorias em domicílio, muitas vezes como *freelancers*, desenvolvendo suas atividades em período diurno e noturno, em estabelecimentos que não oferecem nenhum tipo de garantia empregatícia formal ou de suporte à saúde. Ainda realizam atividades paralelas – conhecidas como “bico” –, com vistas a buscar atingir ou incrementar rendas sempre insuficientes. Mesmo em situação de vida miserável, explicitamente estressante, infeliz e sobrecarregada, ainda parece haver uma enorme massa de corpos explorados que devotam aceitação e credibilidade em um sistema meritocrático.

As matérias de jornais correntes atualmente divulgam, sem filtros críticos, um longo rol de soluções para não se passar fome no Brasil³: comer insetos⁴, “flexibilizar” o prazo de validade dos alimentos⁵ ou descobrir restos de corpos de animais descartados pelos mercados.⁶ Em outras palavras, tornou-se fato “normal” consumir alimentos estragados e rejeitos de açougues. Enquanto isso, na mesma realidade e tempo-espço, é possível que determinados indivíduos, até mesmo adolescentes, possam vender suas imagens e dados pessoais, com esforço mínimo, muitas vezes atraindo grandes volumes de recursos financeiros. Outros jovens dedicam seu cotidiano às redes que disseminam conteúdos sem respaldo na realidade, promovendo a aceitação das desigualdades sociais, postando realidades ficcionais idealizadas para si e fixando como comum a instauração de verticalidades.

Ao cogitar a existência de situações dessa natureza, não sugerimos que as desigualdades sociais sejam produto extraordinário do paradigma neoliberal. Ao contrário, sempre estiveram

³ Esperamos que o tom irônico da fala esteja claro.

⁴ Veículos brasileiros focam na normalização da introdução de insetos como alimento ocidental, disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2021/03/insetos-comestiveis-pode-se-tornar-novo-normal-com-interesse-do-brasil-em-mercado/> e em <https://ciclovivo.com.br/vida-sustentavel/alimentacao/brasil-da-os-primeiros-passos-no-mercado-de-insetos-comestiveis/>. Acesso em: 10/09/2021

⁵ No Brasil, o Ministro da Economia Paulo Guedes sugere que sobras de alimentos de famílias e restaurantes sejam destinadas a pessoas vulneráveis, enquanto que estuda permissão para avaliar a “flexibilização” da validade de alimentos (CARAM, 2021). Percebe-se, no estilo das divulgações dos veículos jornalísticos mais importantes do país, uma série de eufemismos para validar socialmente a situação e para que pareça solidariedade ou filantropia.

⁶ Título da reportagem: “Garimpo contra fome: sem comida, moradores do Rio recorrem a restos de ossos e carne rejeitados por supermercados” (SOUZA, 2021).

presentes em diferentes modelos sociais, estruturam o funcionamento do modo de produção capitalista, mas está cada vez mais explícita, institucionalizada e aceita como elemento próprio da realidade.⁷

Parece ter sido a partir dos anos 1970-80 que grande parte de países ditos periféricos experimentou essa intensificação das desigualdades, das elevadas taxas de desemprego e da inflação descontrolada. A reestruturação do sistema financeiro dos EUA se impôs ao resto do mundo, influenciando a dinâmica econômica doméstica de diferentes países. Embora instauradas e impostas pelos EUA, as políticas de desregulamentação e liberalização dos mercados financeiros domésticos foram rapidamente adotadas por diferentes países desenvolvidos ao longo da década de 1980, e por países em desenvolvimento ao longo da década de 1990. Esse processo, associado à securitização das dívidas e à consolidação dos investidores institucionais, alavancou o processo de globalização financeira (HARVEY, 2005). Ainda, a tentativa de replicação dos preceitos neoliberais de Estado para Estado, nação para nação, foi completamente assimétrica, interrompendo historicamente o desenvolvimento de países que ainda se situavam “no primeiro degrau da escada”, partindo para a tentativa de alavanca-los para um falso décimo degrau, mas sem a escada (CHANG, 2004). O teste chileno, por exemplo, vai provar que a acumulação de capital foi prejudicada pela privatização forçada naquele país e a desigualdade crescente vai demonstrar o caráter estrutural dessa crise. (HARVEY, 2005)

2.1 LIBERALISMO DIVIDIDO E A FUNDAÇÃO NEOLIBERAL

Essa lógica foi estabelecida aos poucos, sob influência de pensadores que tentariam restaurar o capitalismo em meio à crise do modelo liberal. O liberalismo, ainda que sob o

⁷ Em diversas passagens do livro I de *O Capital*, Marx nos alerta que, como tendência, o capital busca levar o custo do trabalho à nulidade ao mesmo tempo em que procura obter trabalho durante todas as horas do dia. Em outros termos, objetiva receber o máximo de trabalho pelo mínimo de dinheiro. Levada às últimas consequências, tal tendência faz com que “o trabalhador durante toda a sua existência nada mais é que força de trabalho, [...] todo seu tempo disponível é por natureza e por lei tempo de trabalho, a ser empregado no próprio aumento do capital. Não tem qualquer sentido o tempo para educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais, para o descanso [...]” (MARX, 1974, p. 300). Assim é o modo de produção capitalista: “[a]cumulação de riqueza num pólo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto” (Idem, p. 749).

princípio *quieta non movere*⁸, que aceita, projeta e calcula que no que está quieto não se mexe, expressando o desejo pela limitação da atuação estatal – ou melhor, com o *laissez faire* estabelecendo o funcionamento livre do mercado –, sempre tomou o Estado como ente garantidor de uma ordem jurídico-política de sustentação do modelo econômico vigente. Essa razão governamental que se estabelece no início do século XVIII mostra seu funcionamento baseado no complexo jogo de interesses individuais e coletivos, ou seja, um jogo entre a utilidade social e o benefício econômico privado (FOUCAULT, 2008). Mesmo que em seu cerne enalteça que o Estado não possui informações suficientes para entender os sinais do mercado, poderosos grupos de interesse vão, inevitavelmente distorcer e viciar essas intervenções estatais em benefício próprio. Até mais: vão ocupar o aparelho estatal, no que seria o próprio estado burguês (HARVEY, 2005, p.12). Nesse modelo econômico, portanto, o Estado estará presente e será utilizado como ferramenta para esses interesses, fundamentalmente para proteger os direitos de propriedade, acobertado pela justificativa de que, em qualquer sociedade, é necessário haver uma entidade capaz de garantir proteção e certo ordenamento social. A crise do liberalismo foi prevista por Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill, ou seja, foi primordialmente percebida entre os teóricos do próprio modelo. Estes iniciam um debate sobre a preocupação com os caminhos democráticos no liberalismo: enquanto Tocqueville defendia a democracia como um caminho centralizador de poderes, de ideias simples e gerais que movimentam a sociedade rumo às igualdades, Mill atravessa para o outro lado, desacreditando que a democracia seria um governo direto do povo, mas sim que significava a garantia de que o povo seria governado conforme o bem de todos, podendo haver controle dos governantes por eleitores capazes de julgar sua ação (DARDOT; LAVAL, 2017).

No pós Primeira Guerra fica evidente uma série de mudanças ao perceber que a miséria e o desemprego causam impactos na economia e, mais adiante, fica claro que a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) não é orgânica, como teria previsto David Ricardo (1817), visto que há necessidade de adotar medidas econômicas de proteção para poder reestruturar países em tempos difíceis. Ou seja, as fórmulas liberais, defensoras de um livre mercado sem proteções de qualquer gênero, entre outros vieses do *laissez-faire*, mostram-se, na prática, como incompatíveis com a realidade.⁹

⁸ Provérbio citado por Walpole, condizente com a intenção liberal que tem o significado “aceito, projeto e calculo que não se deve mexer em nada disso” (FOUCAULT, 2008 p. 28).

⁹ A rigor, como defendem Netto e Braz (2012), esta incompatibilidade se apresenta como um dos vícios de origem do sistema burguês, que preconiza liberdade, igualdade e fraternidade como palavras de ordem contra o Antigo

Críticas externas e dúvidas internas ao modelo fizeram com que acadêmicos liberais se desdobrassem para buscar saídas e salvar o que defendiam, do que se desdobrou uma bifurcação de vertentes. De um lado, um liberalismo que defende como necessárias as reformas sociais e o bem comum – ainda que numa ordem capitalista – e, do outro, um liberalismo partidário que defende a liberdade individual¹⁰, sobre o qual discutiremos mais à frente.

O dito “novo liberalismo” constituía-se por tentativas para atingir um liberalismo mais consciente das realidades sociais e econômicas que, mais tarde, viria a ser alvo das críticas neoliberais. John Maynard Keynes foi quem marcou esse momento com “*O fim do laissez-faire*”, publicado em 1926. Nesse texto, Keynes pontua o *laissez-faire* como dogma social simplista, e apresenta a agenda e a não-agenda a ser seguida a fim de mostrar-se favorável à intervenção estatal renegada pelo pensamento liberal tradicional¹¹. Flertando com ideias de Keynes, Gilles Dostaler apresenta o novo liberalismo como um “socialismo liberal”, que se coloca como alternativa ao coletivismo socialista e marxista em alta no período (DARDOT; LAVAL, 2017).

Entre pensadores que perceberam a crise liberal prematuramente, como Tocqueville, e Mill, um dos filósofos participantes dessa nova refundação liberal foi Herbert Spencer. Spencer apresentaria ideias consistentes, de difícil deglutição, mas que apesar de não terem sido fortemente acatadas pelo modelo final neoliberal, fizeram dele uma das figuras mais marcantes na introdução de um conceito central de neoliberalismo: a primazia da concorrência nas relações

Regime, embora se sustente como um modo de produção que, como no período feudal, também estrutura relações de subordinação entre classes, agora entre trabalhadores e burguesia.

¹⁰ Michael Freeden, em *Liberalism Divided* (1986).

¹¹ Aqui abriremos um parêntese controverso em relação ao caminho do presente trabalho, mas que nos instiga a questionar o papel keynesiano no projeto neoliberal. Ao longo do trabalho mostramos que o neoliberalismo surge em contextos distintos; temos os ordoliberalis, os austro-americanos e o americano em sua mais pura forma. Essas origens, com diferentes características, abrem margem para uma controvérsia sobre o que é exatamente o neoliberalismo. Entretanto, existe um consenso de que o prefixo *neo* existe por algum motivo, justamente por marcar uma mudança importante em relação ao *laissez-faire* do século XIX. Uma das compreensões possíveis é de que, “ao contrário do liberalismo do *laissez-faire*, o neoliberalismo defende um papel ativo do Estado como promotor do livre-mercado. [...] os neoliberais acreditam que o Estado deve atuar ativamente em sua regulação no sentido de criar um aparato jurídico-legal para fomentar o bom funcionamento do livre-mercado.” (ROCHA, 2018, p.46). Nessa visão percebemos uma proximidade com o ordoliberalismo, que vamos falar sobre mais a frente, mas também ao keynesianismo. Ao entender, neste ponto, Keynes como um economista liberal defensor da atuação do Estado, que com isso propõe economicamente, mas não socialmente, essa atuação, temos uma similaridade entre a visão keynesiana e neoliberal (MERQUIOR, 2016). Nesse sentido, percebe-se o que Ruggie (1982) e Harvey (2005) vão analisar sobre o período do auge neoliberal, caracterizando essa forma de organização política econômica de liberalismo embutido “para sinalizar como os processos de mercado e atividades empreendedoras e corporativas vieram a ser circundadas por uma rede de restrições sociais e políticas e um ambiente regulatório que as vezes restringiu mas em outros casos liderou a estratégia econômica industrial” (HARVEY, 2005 p. 20)

sociais. Suas ideias não seriam todas levadas a sério entre os Ordoliberalis¹², mas influenciariam as ideias dos austro-americanos (DARDOT; LAVAL, 2017).

Enquanto muitos pensadores tentavam rever o *laissez-faire*, o spencerismo tomaria essa fórmula como princípio e a aprofundaria, acreditando que o *laissez-faire* não era apenas criador da cidade e da indústria, mas que teria sido, de fato, o que criou o ser humano social. Com isso, ideias similares às de Spencer viriam para derrubar os avanços trabalhistas que haviam sido conquistados anos antes da crise do liberalismo, a partir das reformas de Bismarck em 1870, que regulamentou leis trabalhistas e as difundiu para o mundo com o objetivo de evitar a pobreza extrema. Spencer se oporia a tais medidas e, anos depois, se colocaria violentamente contra qualquer tipo de auxílio ou regra que, segundo ele, impedisse a igualdade de direitos. Nomeou-as como “leis de coerção”, pois considerava que impedir o trabalho de crianças, de mulheres, inclusive em indústrias que manipulam agentes químicos, ou lhes oferecer auxílios sob a justificativa de evitar o pauperismo, fossem regras coercitivas que sustentavam a liberdade dessas classes de indivíduos e, ao mesmo tempo, desequilibravam a igualdade social (DARDOT; LAVAL, 2017).

Spencer, além de filósofo, era antropólogo e biólogo. Por sua admiração e conhecimentos sobre as propostas de Charles Darwin, acreditava que as regras são definidas pela natureza e, inspirado pela ‘lei da população’ de Malthus, o evolucionismo spenceriano aponta que o progresso da humanidade supõe a destruição de alguns de seus componentes. Portanto, tudo o que representasse entrave ao fluxo da concorrência humana estaria interrompendo um ciclo natural e, por isso, precisaria ser suprimido ou eliminado. Apesar de não ter se reverberado com essas palavras, o que podemos extrair desse ponto consiste na forte influência que desempenhou no novo formato de atuação do capitalismo, no qual presenciamos a concorrência como necessidade vital, desde as relações sociais até a Divisão Internacional do Trabalho (DARDOT; LAVAL, 2017).

O palco dessas discussões se pautava sobre as realidades europeias e, no período entreguerras, a preocupação com o progresso europeu era convidativa à cooperação mútua que buscasse diminuir a desigualdade entre os países do bloco econômico em gestação. De toda forma, a balança econômica mundial continuaria a mesma, ou seja, caracterizada por jogos de soma zero, de modo que o equilíbrio europeu e a concentração de capital neste continente consequentemente resultassem no aprofundamento da desigualdade no restante dos países.

¹² O conceito do termo será abordado mais adiante.

Em 1938, em Paris, houve um encontro consideravelmente importante para o futuro da ordem liberal, o Colóquio de Walter Lippman, organizado pelo filósofo francês Louis Rougier. O evento concentrou debates entre intelectuais ordoliberalis e austro-americanos com a intenção de configurar um novo liberalismo, que rejeitaria o *laissez-faire* e, ao mesmo tempo, as ideias keynesianas. Nesse fórum foi empregado pela primeira vez, por Alexandre Rustow, o termo neoliberalismo (FOUCAULT, 2008, p. 229). Havia em jogo a implicação política de sobrevivência do capitalismo e um impasse historicamente definido que precisava ser resolvido: qual deveria ser o futuro da lógica do capital e da sua acumulação. Para buscar compreender melhor os caminhos traçados adiante, caberia abrir um rápido parênteses conceitual para descrever quais os credos e objetivos dos ordoliberalis e dos austro-americanos (FOUCAULT, 2008).

O ordoliberalismo consiste em um modelo de pensamento econômico alemão, iniciado na Escola de Friburgo, e que contava com os seguintes expoentes: Ludwig Erhard, Walter Eucken, Hans Großmann Doerth, Franz Böhm, Wilhelm Röpke, Alfred Müller Armack e Konrad Adenauer. Proposto nos anos de 1930, teve seu manifesto fundador em 1939 e suas ideias postas em prática nos anos 1950 na Alemanha, chegando até mesmo a influenciar pensadores de outros continentes naquele período. Com o objetivo de mostrar que a lógica de mercado é possível e não contraditória, o termo comporta, em sua composição, morfemas que relacionam ordem (*ordo*) e liberdade, justamente com a intenção de criar uma visão de política de sociedade que, ao mesmo tempo, terá um intervencionismo social ativo, múltiplo, vigilante e onipresente.

Esse intervencionismo social não poderia, todavia, ser confundido com um mecanismo compensatório. Na verdade, a intenção consistiria em possibilitar uma economia de mercado a partir dessa ferramenta. Sua tática seria a de utilizar o Estado, não em qualquer formato, mas operando como um Estado de direito regulador, que definiria as condições institucionais e jurídicas necessárias à formalização de uma sociedade com base no modelo de empresa, completamente em função da economia de mercado (FOUCAULT, 2008).

No caso dos ordoliberalis, com um argumento similar (apenas fundamentado em outros conceitos), se utilizaria o Estado de direito como discurso, pois este, em teoria, seria oposto ao despotismo e, ao mesmo tempo, antônimo de um Estado de polícia. Portanto, o Estado interviria na criação e manutenção de direitos de propriedade, falências, patentes, moeda e leis de equilíbrio econômico. Em um Estado de direito, todos os indivíduos seriam “iguais” e, por isso, o quadro jurídico se imporá da mesma maneira a todos, ao mesmo tempo em que reuniria medidas gerais que não se aplicariam a especificidades ou fins particulares. Com inspirações

em Max Weber, romperia com o princípio do *laissez-faire* ao apontar que a ordem natural é justamente o efeito de uma certa ordem legal, o que pareceria ser bem conveniente.

Logo, os ordoliberais acreditam que, para atingir o que chamam de “ordem da economia”, seria necessário aplicar o Estado de direito responsável por administrar um conjunto de relações jurídico-econômicas. Para Foucault (1979, p. 242): “O ordoliberalismo, portanto, projeta uma economia de mercado concorrencial, acompanhada de um intervencionismo social que, por sua vez, implica uma renovação institucional em torno da revalorização da unidade ‘empresa’ como agente econômico fundamental”.

Esta unidade revalorizada pelos ordoliberais será uma característica também presente na agenda austro-americana e pode ser entendida como uma característica intrínseca do neoliberalismo, independentemente da fonte (seja alemã, francesa, americana, austríaca ou qualquer outra). Assim como a terminologia meritocrática oriunda da lógica concorrencial – com inspiração protestante no caso da Escola de Friburgo –, na qual cada um deve se responsabilizar por suas ações, colhendo os frutos do próprio trabalho ou arcando com os prejuízos de suas escolhas (LUPION, 2021).

Nos anos 1950, na Alemanha do pós-guerra, o ordoliberalismo fez palco para a exposição e prática de suas concepções, no período conhecido como “milagre econômico” daquele país – fase caracterizada por posições austeras da Alemanha em relação a nações europeias que enfrentavam dificuldades, o que se revelou contraditório, posto que, a despeito de seu credo meritocrático, a Alemanha não se deteve em aceitar auxílio de 11% dos fundos do Plano Marshall para recuperar-se no período pós-guerra (LUPION, 2021; SCHAIN, 2001, p. 120, Tabela 5.1).

Apesar de ter tido seu momento de repercussão, o ordoliberalismo não alcançou grandes escalas. Muito maior prestígio e difusão obteve a chamada Escola Austríaca de Economia, que teve como precursores Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, e como principais matrizes Carl Menger e Eugen von Bohm-Bawerk.

Essa escola de pensamento econômico defenderá a organização espontânea do mecanismo de preços, sem nenhuma intervenção considerada coercitiva por meio de governos ou mesmo de corporações. Mais do que isso, considera que a dinâmica econômica de um modo geral é decorrência lógica da busca livre dos indivíduos por condições que lhes confirmam maior satisfação, levando à máxima expressão a percepção de que o todo é resultado inequívoco da soma das partes. A caracterização de qualquer intervenção como coerção conduziria a relembrar o argumento de Spencer comentado anteriormente, o que evidencia clara referência mais eufemizada. Mises, por exemplo, considerará o Estado como instrumento de ingerências

perversas que conduzem ao totalitarismo e à regressão econômica. Nesse caminho, defende, inclusive, um sistema de bancos sem regulamentação e com emissão de moeda privada.

Dessas ideias centrais emergem aquelas que influenciarão o novo liberalismo estadunidense e o anarcocapitalismo, cada vez mais expressivos no mundo. Conformando a conhecida Escola de Chicago de Economia, estão aqui vinculados nomes como os de Milton Friedman e Henry Calvert Simons (FOUCAULT, 2008, p.143), que, com a mesma devoção ao *laissez-faire*, se prestam a erguer um “novo liberalismo”, visto que o liberalismo americano havia sido muito prematuro na história do país. A referida corrente começou a ganhar terreno ainda no século XVIII e extraiu benefícios morais para este modelo de liberalismo ao construir uma nação inteira a partir de tradições protestantes e de se utilizar de reivindicações liberais para promover a independência do país. Por tal razão, possui significado forte para toda a nação (FOUCAULT, 2008, p. 297-309).

Nesse contexto, foi a título do próprio Estado que o liberalismo foi convocado, ou seja, o Estado não é limitante ou limitado, mas fundado pelo próprio liberalismo, o que torna difícil encontrar planos, de fato, não liberais em qualquer programa político ou eleição estadunidense. O máximo que encontramos de oposição a uma direita de tradição liberal hostil a qualquer modelo de esquerda é uma oposição crítica contra um Estado imperialista e militarista – e mesmo isso nem sempre se apresenta, como se pode constatar com Joe Biden em suas atitudes mais recentes relacionadas ao recuo de tropas no Afeganistão, ou em seus posicionamentos frente ao atual conflito entre Rússia e Ucrânia. Mesmo assim, o neoliberalismo atualmente encontra ancoragem nos dois lados da moeda estadunidense, os democratas e os republicanos (FOUCAULT, 2008, p. 297-309).

Segundo Foucault (2008), o liberalismo americano se ergue a partir da aversão a diversos pontos que o moldaram, ou seja, sua fundação está diretamente relacionada a sua oposição a pontos específicos, alguns citarei a seguir. Na prática, tem-se os exemplos do New Deal, plano Beveridge e os pactos internacionais no pós-guerra, assim como a repulsa ao keynesianismo e aos anos de administração entre os presidentes Harry S. Truman e Lyndon B. Johnson (ou seja, de 1945 a 1969), que ficaram conhecidos pelos programas contra a pobreza, a segregação e a favor da educação. Essas discordâncias foram influentes na fundação da Escola de Chicago, iniciada por Simons em 1934 e concretizada em 1949, ao escrever e publicar pela Universidade de Chicago o seu artigo *A Positive Program for Laissez-Faire*, reafirmando ainda mais o posicionamento do ‘deixar fazer’ nas concepções econômicas da universidade. Percebe-se que todos os pontos citados foram contra qualquer auxílio social ou intervencionismo por parte do Estado.

É dessa lógica que nasce uma nova racionalidade neoliberal, que é dificilmente reduzida a uma vertente de um “novo liberalismo”. O neoliberalismo, em seu mais recente formato,¹³ tem influências mistas e suas referências são uma bricolagem desordenada do neoliberalismo alemão, austro-americano e mais outras influências soltas. Apesar de terem em comum um ponto, visto que ambos remetem à necessidade de uma resposta à crise liberal, o “novo liberalismo” tem a intenção de reexaminar o conjunto dos meios jurídicos, morais, políticos, econômicos e sociais que permitam a realidade de uma “sociedade de liberdade individual”. Entretanto, apesar de seu discurso parecer mais elaborado, ele é tão somente mais velado. No fundo mantém uma agenda estatal contraditória. O neoliberalismo será uma decantação desse pensamento e um composto de outros elementos (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 68).

De um lado, recolhe dos ordoliberais a revalorização da unidade “empresa” como agente econômico fundamental, refletindo como uma armadilha psíquica que aprisiona o indivíduo nessa lógica, adoecendo-o e impedindo-o de reconhecer tal armadilha (FOUCAULT, 2008, p. 242).

De outro lado, não podemos deixar de perceber que há em sua composição a herança de um spencerismo velado, que se baseia num “darwinismo social”, apontado como “concorrencialismo social” por Dardot e Laval (2017). Mesmo que a concorrência seja comprovada como um dado não natural, e sim como um jogo formal entre desigualdades, essa falsa ideia de igualdade e concorrência justa vai tomar os rumos mais obscuros e alimentar cada vez mais a ideia meritocrática, mesmo que no fim o resultado seja um longo esforço eterno, visto que a concorrência pura nunca será alcançada, seja no mercado, seja entre indivíduos (FOUCAULT, 1979, p. 163-165).

Por fim, o neoliberalismo americano herdou mais intensamente uma série de características dos austro-americanos, visto sua fortíssima oposição a qualquer entrave no jogo da concorrência entre interesses privados, inclusive (e principalmente) se for estatal (DARDOT, 2017, p. 68).

Nesse sentido, o neoliberalismo adequa-se à soma dessas características, em parte ordoliberais, em parte austro-americanas, em parte com referências ao spencerismo. Como buscamos aqui entender os aspectos sociais, daremos atenção em nossa análise à fundação por

¹³ Desse “formato” entende-se como um neoliberalismo incipiente no território estadunidense que se instala como programa nesse determinado momento histórico e que, posteriormente, aplicados a cada caso mundialmente assumirá uma forma. Portanto, aqui tomamos o neoliberalismo americano como cerne, a espinha dorsal do que passa-se a entender como neoliberalismo, deixando claro que esse aspecto orienta outros modelos e ilumina as políticas de governo de outros territórios a partir de então – e isso é compatível com a preservação de nuances e graus de aprofundamento com que o modelo é aplicado em cada país.

um viés mais histórico e filosófico. Percebe-se, então, que essas características conversam entre si. Ao se extrair da escola austro-americana a construção de uma narrativa a partir da aversão do Outro e de auxílios sociais, encontra-se um spencerismo que, com esse discurso, alcança o concorrencialismo social, por sua vez, uma individualização que se estabelece com a influência ordoliberal ao utilizar-se do Estado e de sua ordem para formalizar uma sociedade no modelo de empresa e em função do mercado. Todos esses pilares estão apoiados em uma liberdade individual ligada à meritocracia. É nesse ponto que, mais à frente, apontaremos o comportamento do sujeito frente ao ambiente digital e como este é, na verdade, induzido pelas empresas de tecnologia para manter esse comportamento em processo. Antes disso, precisamos adentrar no entendimento de como se estabeleceu socialmente essa lógica cujas bases e princípios de formação acabamos de resgatar.

2.2 LÓGICA NEOLIBERAL

O neoliberalismo, quando reduzido a uma mera fase do capitalismo, erroneamente pode perder detalhes minuciosos. Apesar do período de crise mundial, o neoliberalismo foi, inicialmente, a ferramenta capitalista para superar esta crise de forma a servir como projeto para restaurar de fato o poder de classe. Para Harvey, esse projeto foi dividido em dois âmbitos, um teórico e um prático, em que um seria uma máscara para o outro. No plano teórico, seria como um projeto utópico com o objetivo de reorganizar o capitalismo internacional. Na prática, seria, de fato, um “projeto político de restabelecimento das condições de acumulação de capital e restauração do poder das elites econômicas” (DUMÉNIL, LEVÝ, 2004; HARVEY, 2005, p. 26).

Ainda para o autor, ambos os planos foram bem estabelecidos, o plano teórico obteve sucesso com as novas instituições e regras globais de comércio, além do estabelecimento de uma moeda mundial baseada no dólar. O projeto prático consegue atingir a rearticulação desejada, como é possível perceber na clara restauração do poder de classe entre 1913 e 1998. Essa restauração se manteria nos anos seguintes, intensificando-se, inclusive. Nos EUA, por exemplo, Bush, em seu mandato a partir de 2001, provocará uma diminuição na taxa de grandes riquezas e aumentará a taxa de salários e remunerações (HARVEY, 2005).

Aqui, de maneira crítica, enxergamos que o projeto na realidade não se divide; ele é um só e recorta-se suas facetas para fins analíticos. Ele tem, portanto, fundamentação filosófica, ideologia, visão de mundo, fundamentação teórica, assim como aspectos práticos, operacionais, uma vez que se desdobram políticas concretas desse aparato mais abstrato. Do ponto de vista analítico, certos intelectuais se dedicam a pensar o neoliberalismo em termos das políticas aplicadas, outros seguem outra linha e tentam destrinchar seus aspectos mais essenciais. Em todo caso, mesmo isso não lhe permitiria “dividir” a coisa em 2 âmbitos apenas: os antropólogos pegam uma veia, os economistas outra, psicanalistas seguem outras pistas, geógrafos, historiadores, cientistas políticos, engenheiros, químicos, físicos, cientistas da computação até (se formos pensar nas questões tecnológicas por detrás do processo). Tomaremos então essa divisão de Harvey um projeto único, entendendo como o plano teórico como aquilo que foi implementado, enquanto que o plano prático foram os resultados alcançados por essas ações.

Entretanto, esse projeto não poderia ser tão bem-sucedido sem a incorporação de mais ferramentas, dentre elas seus seguidores, que terão uma característica muito bem definida. Nessa linha, Harvey (2005, p. 12, destaque nosso) cita o neoliberalismo como:

[...] primeiro uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido **liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais** no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio.

‘Livre, liberando-se, liberdade, liberal, neoliberal’. O ideal sedutor do modelo capitalista sempre foi o de uma liberdade falaciosa. No formato neoliberal, sobretudo nos anos 1960-70, quando diversos países do globo eram assolados pelas ditaduras, esse ideal foi ainda mais buscado por aqueles que haviam suprimido a liberdade dos outros. O ideal neoliberal promoveria, a partir daí, um processo de individualização sob as falsas promessas de liberdade. Todavia, os indivíduos, à aura do neoliberalismo (e mesmo sob a lógica do capital), buscariam ideais de vida refletidos de um padrão coletivo que, no fim das contas, os cercearia. Essa espécie de “privação” do sujeito serviria à manutenção da operação do sistema financeiro, assim como do sistema como um todo, visto que prometeria oferecer desejos e demandas uniformizadas: mesma casa, mesmo carro, mesmas roupas, e não apenas se limitar a formas idênticas de consumo. Com efeito, a questão se mostra mais complexa, pois se trata, sobretudo, de promover modos similares de pensar e agir.

Outrossim, cabe sublinhar intervenções totalitárias em nações democráticas nos países do chamado Sul Global para o estabelecimento do referido modelo. Para que essa suposta

liberdade pudesse de fato fluir, dissimulada numa suposta naturalidade, se fizeram necessárias sanções e coibições. O direito à greve e à sindicalização foram reprimidos, por exemplo, e, em alguns países, a atitude de se organizar politicamente em busca de direitos trabalhistas começaria a ser recebida com repúdio até no plano de pareceres sociais. Para alguns, essa contradição e a atitude de proibição dessas lutas seria considerada uma violação das Convenções de Genebra e Praga (HARVEY, 2005).

Paralelamente à falaciosa naturalidade do livre comércio, há também uma falsa naturalidade na liberdade individual. No que concerne ao quesito segurança, este será fabricado, privatizado, gerando elevados custos à manutenção dessa liberdade construída. Aliás, a dita “segurança” não se materializa, pois os índices de criminalidade evoluem exponencialmente.¹⁴ A segurança efetiva concerne sobretudo à proteção da propriedade privada. Instaura-se um processo circular, isto é, por um lado, a liberdade dos trabalhadores não pode constituir risco às empresas; por outro lado, o indivíduo em si não pode contar com seguranças para si. Portanto, a ideia da liberdade estará circunscrita em primeiro plano à defesa do livre empreendimento. Com efeito, a forma governamental neoliberal, ao mesmo tempo em que consome liberdade, parece produzir um protótipo dela (FOUCAULT, 2008, p. 87). “A única maneira de manter essa visão utópica liberal se concentra no exercício da força, da violência e do autoritarismo”. (HARVEY, 2005, p.46)

Além desse jogo em torno de noções flutuantes de “liberdade” quando se entende o complexo aparato montado dessa estrutura institucional e o que realmente significam as tais “capacidades empreendedoras individuais”, expostas na afirmação anterior de Harvey, percebe-se que o debate se mostra amplo. A partir dessa individualização e do empreendedorismo de si, Dardot e Laval (2017, p. 17) definem o neoliberalismo como “[...] o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens, segundo o princípio universal da concorrência”.

Inspirados nos ensaios foucaultianos sobre biopolítica, os referidos autores entendem a lógica neoliberal como não estritamente econômica, mas como social e ordenadora das maneiras de viver, isto é, como *racionalidade social*, na qual os sujeitos se colocam como mercadoria, sendo também induzidos a se autogovernar, ou seja, produzir algum tipo de relação do governo consigo mesmos. Essa relação governo/indivíduo parece gerar uma falsa sensação

¹⁴ Em meio de milhares exemplos de aumento da violência mundialmente, trouxemos os seguintes índices mais recentes: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/02/12/brasil-tem-aumento-de-5percent-nos-assassinatos-em-2020-ano-marcado-pela-pandemia-do-novo-coronavirus-alta-e-puxada-pela-regiao-nordeste.ghtml>. Acesso em: 10/09/2021

de liberdade que, na verdade, apenas insere os indivíduos numa espécie de “governamentalidade”¹⁵.

Essa perspectiva não destoa do que Foucault (2008, p. 301) cita em suas Conferências de 1979 quando ressalta que, para Hayek, o neoliberalismo consiste em forma de pensamento, e deve resultar da fundação de um modelo que constitua pensamento vivo. Do mesmo modo, resgata a noção de “desconstrucionismo” de Mises como um processo de destruição do agente estatal seguido de uma construção do agente empreendedor. Aqui, os austro-americanos concedem ênfase à ação individual e ao processo de mercado. Para isso, acreditam ser necessário produzir uma descrição realista de uma máquina econômica que tende ao equilíbrio. Caberia expor ao indivíduo os modos como se constrói o “empreendedorismo” na concorrência geral e na dimensão humana. Esse passo a passo desenvolveria uma dimensão antropológica homem-empresa passível de alimentar e fortalecer discursos individualistas e meritocráticos de sociedade, colocando a frustração, o desemprego e a miséria como questão de malogro pessoal (individual) e não mais como característica do sistema capitalista (DARDOT, 2013, p. 133-134).

Vale acrescentar que o aparato neoliberal influencia e abrange seus entornos de forma absoluta, se adequa às lutas sociais, assumindo pautas ligadas às questões de gênero e raça, por exemplo; enquadra movimentos de luta e resistência em rubricas e formatos capitalistas, apoiando publicidade e se utilizando delas para comercializar produtos. Tal estratégia não afeta a meritocracia, não visa de fato a igualdade concreta; trata-se, mais propriamente, de justificar a desigualdade. Também conduz à crença de que todos partem do mesmo ponto, mas lançando os corpos à mercê da competição.¹⁶

A porta de entrada para que se alcance esse nível de aderência e penetração social é, obviamente, a política, incluída aqui toda uma reestruturação econômica, jurídica e institucional capaz de dar vazão e sedimentar a nova racionalidade que se deseja implementar. Nessa linha, Saad-Filho (2015, p. 63) aponta que as reformas neoliberais ocorreram em duas fases.

¹⁵ Michel Foucault (2008) conceitua governamentalidade como as diversas formas de interferir na conduta de outros indivíduos para governá-los, pertencendo ou não a um governo.

¹⁶ Vale esclarecer que uma sociedade baseada na meritocracia não é democrática de fato e alimenta arrogância entre os vencedores e humilhação e ressentimento entre os perdedores – observação feita no início dessa seção, quando apontamos para a percepção que se generaliza entre os trabalhadores de que são eles mesmos os responsáveis exclusivos por suas condições de vida deterioradas. Esse sintoma corrói a sociedade; os vencedores acreditam que venceram por conta própria e desacreditam e desprezam aqueles que não conseguiram ascender. Perde-se de vista, com isso, a estrutura desigual do modo de produção capitalista, que gera empobrecimento na medida mesma em que produção e concentra riqueza.

A primeira fase (de transição ou de choque) do neoliberalismo requer a forte intervenção do Estado para conter os trabalhadores e a esquerda organizada, promover a integração transnacional do capital nacional e impor o novo quadro institucional. A segunda fase (do neoliberalismo maduro) se concentra na estabilização das relações sociais impostas no período anterior, na consolidação do controle do setor financeiro sobre a alocação de recursos, no gerenciamento pelo Estado da nova modalidade de integração internacional da produção, e na introdução de políticas sociais especificamente neoliberais tanto para gerenciar as privações criadas pelo neoliberalismo, como para reconstituir os sujeitos sociais em linhas neoliberais.

A reconstrução desses sujeitos neoliberais tem como efeito uma individualização sem precedentes. Por sua vez, o resultado coletivo dessa individualização será a formação de uma "sociedade incivil" – tal como denominada por Sodré (2021) –, que desencadear  uma série de outros efeitos, dentre eles justamente o ponto em que queremos chegar.

Visto que a sociabilidade ampla   formada por diferentes redes que, quando se desassociam do conjunto, geram sociabilidade disfuncional e fortemente alienante, podemos sugerir que, quando um grupo se dispersa e impede a democracia ou outros contratos sociais estabelecidos, será considerado como disfuncional. A consequência mais direta da constitui o de uma "sociedade incivil" seria o esvaziamento da representa o parlamentar. Sem media o ou qualquer lastro mais acessível, este grupo dissidente – digamos – encontrar  respaldo em crenças religiosas, em grupos conspiracionistas ou em grupos políticos sustentados ironicamente no discurso da "antipolítica"¹⁷ (SODRÉ, 2021).

Daí   que se assume a "sociabilidade de plataforma" como o meio ideal para organizar e orquestrar as a o es desses grupos e a dissemina o de suas ideias. Com efeito, parece se tratar de um modelo de vida artificial, alimentada por dados infinitos, conhecedores - e por sua vez orientadores, moldadores - de emo o es e do inconsciente de cada indivíduo e que cria lastros entre sujeitos, tendendo ao exagero extremo de suas preferências, ponto a ser tratado nas páginas que seguem. Outrossim, na "sociedade incivil" a *philia* (afei o es, amor, amizade) mostra-se fraca e negativa, sujeita a ser substituída por outra forma social: o ódio. Os indivíduos, ou, mais pontualmente, os trabalhadores, são induzidos a aceitar a ideia de que seu sucesso depende unicamente de seus esforços pessoais e de que quaisquer obstáculos colocados em seu percurso constituirão ameaças a seu desenvolvimento. O Outro se torna inimigo potencial e o ódio passa a ser consubstancial, ou seja, parte de seu cotidiano. Como resultado,

¹⁷ Um exemplo desse tipo de discurso   o caso italiano do Movimento 5 Estrelas, um partido que se define como um não-partido e conquistou politicamente quase toda na o italiana, vencendo elei o es, incorporando novas formas de ativismo (digital) e influenciando os novos debates relacionados   democracia direta. Conseguimos relacionar também ao caso brasileiro, em que temos discursos anti-corrup o  e "antipol ticos" vindo da presidência e associados, inclusive fazendo com que Jair Bolsonaro se desvinculasse do partido que era filiado. Sobre o caso italiano, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/28/internacional/1567007102_639186.html. Acesso em: 10/09/2021

cria-se um ciclo vicioso, pois essas relações serão propagadas por meio da novíssima sociabilidade de plataforma sem limites e sem fronteiras.

Não obstante, de forma obscura ou mesmo explícita, há objetivos prefixados, entre os quais, o lucro e a ascensão social. Para ultrapassar os outros na conquista desses objetivos, privilegia-se uma dimensão agonística, qual seja, da competição e da rivalidade. Por conta disso, naturaliza-se a pobreza extrema de uns e a riqueza exorbitante de outros (DARDOT, 2013, p. 142).

Para Mises (1992, p. 30), “em toda economia real e viva, todo ator é sempre empreendedor”, então o ser humano se conduz não graças à natureza, mas ao mercado, que constitui justamente a natureza do ser humano social e um processo de aprendizado. Percebe-se nos austro-americanos um senso comum que os leva a uma utopia liberal, justamente por se inserirem em uma economia liberal. Com efeito, todo o contexto evocado anteriormente atesta que essa relação com o mercado possa ser tomada como algo natural ao ser humano, ignorando o passado antropológico, assim como a ciência já produzida em sua totalidade. Tal processo parece ofuscar visões, impedindo que se perceba que, em verdade, o ser humano social não define seus desígnios; mas é direcionado, conduzido por orientações subliminares e nefastas.

A carência de preocupação com conhecimentos científicos de base evidencia os interesses que validam prioritariamente o conhecimento utilizado no mercado. Este conhecimento parece estar sempre ligado a questões de tempo e espaço, ou seja, trata-se de estar no momento certo, na hora certa, para ser um indivíduo empreendedor e de sucesso. Fundamentalmente, a economia ou, mais particularmente, o mercado, visa o lucro em primeiro patamar, não o aperfeiçoamento social, isto é, a educação, a saúde, a preservação do meio ambiente. Neste sentido, constata-se certa dissimetria terminológica entre forma e sentido, uma vez que o termo “racionalidade” poderia ser facilmente interpretado como “irracionalidade”.

O que as linhas acima parecem evidenciar é que, mais do que nunca, a informação, o conhecimento, o saber mantêm íntima relação com o lucro e, por conseguinte, com o poder financeiro representado por lastros financeiros: ações, criptomoedas, dinheiro, propriedades e demais sucedâneos. O manejo do conhecimento e das tecnologias de ponta se tornaram apanágio dos detentores do poder (*large sens*). O sujeito que detém recursos também terá a licença para avaliar seu próprio valor e manejar seu próprio espaço e tempo. De forma que, supostamente, poderá utilizar-se de seus saberes da maneira que lhe aprouver e, por extensão, se sobrepor ao Outro nas arenas onde compete com seus supostos rivais.

Esse processo um tanto “selvagem”, que parece sempre visar o lucro e a vitória sobre o Outro, trata-se de procedimento inegavelmente nefasto, posto que promove fossilizações e

francos recuos em termos de conquistas sociais. Ao se contrapor ao movimento de cálculo socialista de produção e distribuição de conhecimentos que os austro-americanos dizem ser inútil e fadado ao fracasso, as linhas neoliberais presenciam, por si só, o similar insucesso em sua própria falácia.¹⁸ Temos exemplos relativos à utilização de energia a partir de fontes esgotáveis apenas por constituírem formas mais lucrativas a empresas já estabelecidas financeiramente. Com uma distribuição concreta de conhecimentos, possível apenas sem a limitação competitiva e sim com processo colaborativo, seria possível usar a ciência para gerar energia de modo sustentável. Tal processo se repete na situação caótica dos sistemas de saúde e saneamento, fracasso da saúde e farmacêutica, que investem seus conhecimentos e técnicas de ponta para lucrar com enfermidades e medicamentos.¹⁹

No presente momento, considerando os ambientes cibernéticos, assiste-se à instauração de bases de dados quase exaustivas, elaboradas com vistas a registrar e seguir individualmente cada ser humano com a explícita intenção de controle e manipulação. O indivíduo vê sua privacidade invadida sem cessar com bombardeios de propostas para alimentar interesses de grandes empresas. Talvez seja utópico cogitar dessa forma, porém parece sensato supor que as tecnologias e os ambientes digitais podem constituir ferramentas privilegiadas para promover melhor qualidade de vida às sociedades. Isso poderia ser atingido através da otimização de processos pontualmente desenvolvidos para atuar em prol da educação, da saúde, do meio ambiente, da diminuição das horas de trabalho e possibilitando saídas para problemas sociais. - o que só seria possível num outro modo de produção. Fato é que, em razão da tendência ao esgotamento acelerado das próprias bases materiais da existência humana a que o modelo atual conduz,

[e]m longo prazo, a transcendência do neoliberalismo envolverá mudanças econômicas e políticas envolvendo a construção de um sistema de acumulação alternativo. Este projeto exigirá o desmonte sistemático da base material do neoliberalismo através de um conjunto de políticas econômicas radicalmente democráticas e redistributivas. Estas políticas devem apoiar uma transição rumo a distribuições menos desiguais da renda, da riqueza e do poder, como condições fundamentais para a democracia. Estas medidas de política não podem simplesmente

¹⁸ Aqui há um parêntese que nos faz questionar quem consideraria isso um fracasso, afinal, o fracasso está nos olhos de quem vê. Visto que, o neoliberalismo, no que ele se propôs, foi extremamente bem-sucedido, vitorioso, muito distante de fracassado. Afinal, a distribuição de renda ou eliminação da pobreza nunca foram objetivos desse projeto. O que o modelo faz é explicitar com mais vigor as contradições do capitalismo, o que tampouco significa fracasso, mas o contrário. Na ótica de um neoliberal, o neoliberalismo é fantástico e favoreceu como nunca as classes que se beneficiam desse projeto.

¹⁹ Durante o período pandêmico, o Ex-ministro da saúde fala com pesar sobre o isolamento ter diminuído os acidentes de carro, o que seria desfavorável para o lucro dos hospitais particulares. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/menos-acidentes-ex-ministro-da-saude-diz-que-isolamento-e-ruim-para-o-lucro-dos-hospitais/>. Acesso em: 10/12/2021

ser confiadas a iniciativas de governo. Elas devem ser conduzidas por uma classe trabalhadora politicamente rearticulada, como uma das principais alavancas para a sua própria recomposição econômica e social. (SAAD-FILHO, 2015, p. 70)

Venha o que vier, algo hoje está posto: o neoliberalismo pode – e deve – ser caracterizado como uma racionalidade hegemônica representante do capitalismo em seu mais puro formato. Devido ao seu alcance e sua capacidade de se incorporar ao cotidiano e também de afetar a psique humana, parece influenciar fortemente até mesmo os modos de conceber e de interpretar o mundo. Em outras palavras, a compreensão das realidades depende das lentes que usamos para visualizá-las, incorporá-las e vivê-las plenamente, gerando inclusive novas epistemologias. Tais processos se pautam como hegemônicos enquanto modalidade de discurso e como estilo de vida, sendo passíveis de desenvolver novas éticas e novos guias de ações. Para alcançar esse patamar, segundo Harvey (2005, p. 2), “requer tecnologias de criação de informações e capacidade para acumular, armazenar, transferir, analisar e usar massivas bases de dados para orientar decisões no mercado global”.

Na próxima seção buscaremos entender uma dessas tecnologias, quem sabe a maior delas, e como ela foi capturada no processo de estabelecimento neoliberal.

3 CIBERESPAÇO E NEOLIBERALISMO

As origens do advento computacional não são recentes e sua história já foi grafada desde a pré-história tecnológica no século XIV. Os primeiros protótipos de mecanismos elétrico-eletrônicos de base digital começaram a ser testados em meados dos anos de 1930. Surgiram acompanhados de novas arquiteturas e seu desenvolvimento foi induzido pela premência da corrida bélica gerada em função do Segundo Grande Conflito. Entretanto, apenas na década de 1990 houve o que é chamado de Segunda Geração, um período revolucionário no quesito tecnológico em que seriam introduzidos dispositivos inovadores, quais sejam, o *hardware* e o *software* (FONSECA FILHO, 2007).

Esse momento da história tecnológica teve como influência a intensa difusão do paradigma da *orientação a objeto*. Isso significa que o novo foco recai mais nos dados da aplicação e nos métodos para manipulá-los do que nos procedimentos técnicos outrora conhecidos. A gestação deste paradigma ocorreu por cerca de 30 anos – portanto, entre meados dos anos 1960 até 1980 – buscando responder às demandas dessas gerações (FONSECA FILHO, 2007). De um lado, havia a Guerra Fria, marcada pela necessidade premente de

descobrir e interpretar informações e dados secretos dos inimigos. Do outro lado, havia a necessidade de retomada do comércio entre indivíduos por meio de empreendimentos pessoais, assim como de grandes empresas sedentas por alcançar horizontes cada vez mais amplos.

A Internet, portanto, teve sua arquitetura orientada pelo “comércio eletrônico” e pela relação “cliente-servidor”, a partir do método de programação do tipo orientação a objeto, fundando o encapsulamento²⁰, as relações por mensagens e introduzindo dimensões de complexidade no processo de desenvolvimento de programas (FONSECA FILHO, 2007). Já na década de 1970 o ciberespaço vinha sendo composto por usuários, mas ainda era um serviço limitado àqueles que dispunham de boas condições financeiras e capacidades para manipular artefatos tecnológicos, justamente predisposições de acessibilidade alcançadas pelo grande público somente a partir da década de 1990.

Do ciberespaço origina-se a cibercultura, neologismo que denota o “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores, que se desenvolvem paralelamente à evolução do ciberespaço” (LÉVY, 2010, p. 17). Ao entendermos a “cultura” como um componente decisivo da ordem e essencial à sua reprodução, o contexto histórico, econômico e político em que foram desenvolvidas essas ‘técnicas, práticas, atitudes, modos de pensamento e valores’, por ser paralelo ao desenvolvimento do neoliberalismo, influenciou e utilizou esse modelo de cultura como alavanca para a manutenção do poder.

A seguir, apresentaremos dois entre os pontos mais salientes nesse desenvolvimento, quais sejam: a utilização de dados para o controle científico, filosófico e informacional e a alienação transposta para o indivíduo cibernético, tratando-se do sujeito influenciável.

3.1 DO BIG DATA À PÓS-VERDADE

Novas modalidades de comércio foram desenvolvidas nas últimas décadas paralelamente ao crescimento da “sociedade em rede”, gerando novas formas de organização da produção, nas quais o setor mais dinâmico passa a ser o informacional (CASTELLS, 1996;

²⁰ O encapsulamento é o princípio de esconder os dados utilizada na programação e apresentar unicamente uma interface bem definida, ou seja, com maior acessibilidade e passível de usabilidade intuitiva. Para mais informações sobre encapsulamento acesse: <https://web.tecgraf.puc-rio.br/~marcio/cursos/oo/encapsul.htm>. Acesso em: 10/12/2021

BENKLER, 2006). Para além disso, mesmo que o mercado de dados tenha existido na era industrial, certamente foi em menor escala e com uma diferença essencial: os dados registrados, sem interpretação por parte das máquinas analógicas, não eram tão valiosos. A nova revolução tecnológica afloraria com o aparato da organização da informação, com a capacidade de uma personalização dessa ferramenta algorítmica (FALTAY, 2021).

Castells (1996), Benkler (2006), Zuboff (2015) e Srnicek (2017) exploram, quase em uma consonância progressiva, a evolução do capitalismo informacional. Os referidos autores entendem a informação como uma transformação revolucionária no modo de produção capitalista. Este teria superado sua fase industrial, evoluindo para uma fase seguinte, marcada por novas modalidades de organização de produção baseadas em dados pessoais, tecnologias de vigilância, por meio de processos comandados por grandes corporações. Importante ressaltar que o mundo informacional não eliminou os outros modos de organizar a produção, apenas os tornou dependentes das tecnologias informacionais (SILVEIRA, 2021).

O ciclo do mercado de dados conta inicialmente com a coleta e interpretação destes. Esse ciclo, alimentado por empresas e indivíduos interessados no lucro, ou melhor, baseado nas tecnologias de vigilância e comando de grandes corporações, utiliza-se do capitalismo digital para domesticar a atividade científica, que precisa se desenvolver a favor desse novo modelo. Entrementes, o ciclo desse mercado finaliza-se com a manipulação dessas informações. Essa domesticação, por consequência, reforça as relações de dominação e dependência ao determinar por qual caminho deve seguir a prática científica, que se restringe ao tecnicismo (ZUBOFF, 2015; SILVEIRA, 2021).

Tendo em vista que o sujeito neoliberal sobrevive de sorte e de oportunidades, que precisam ser agarradas, o mercado de dados em sua essência será interpretado como uma oportunidade pós-industrial, com grande potencial de lucro, capaz de permitir aos indivíduos e corporações sobressair a seus concorrentes. Assim, para manter uma prática mercadológica no espaço cibernético, também haverá de ter mercadoria, a mais valiosa mercadoria, admitida e publicada pelo Fórum Econômico Mundial em 2010, que é justamente a informação centrada em dados pessoais²¹. Não por coincidência, em 2016, segundo a Forbes (2016), embora as empresas financeiras ainda fossem as líderes do mercado nos Estados Unidos, a Apple já ocupava o Top 10 no setor tecnológico e outras similares mostravam franca ascensão, entre elas

²¹ É possível notar o pensamento compartilhado do Fórum Econômico Mundial com empresários e instituições econômicas que tentam justificar e mostrar como o mercado de dados pode ser ético, mas que na verdade potencializa as ideias neoliberais das elites no planeta. O que foi comunicado nesse encontro está disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_RethinkingPersonalData_ANewLens_Report_2014.pdf. Acesso em: 10/12/2021

a Google, o Facebook e a Amazon, que, apesar das classificações ainda tímidas, logo atingiram elevados patamares. A Amazon, por exemplo, saltou 222 pontos – no quesito da Forbes – em apenas um ano (SCHAEFER, 2016).

Diariamente, quantidades imensuráveis de informações são coletadas. Atualmente, navegar em quaisquer aplicativos exige aceitação dos termos de uso que, sendo pouco considerados para leitura por sua extensão textual – e ansiedades também causadas pelo uso desses dispositivos –, acabam sendo acatados. A formalização da concordância (aceite), em geral, significa consentimento de apropriação e compartilhamento de informações pessoais, muitas vezes extensivas a dados salvos na memória de nossos dispositivos, conseqüentemente os dados de pessoas que estão interligadas por estes. Na conjectura atual, o dado digital transcende os dados analógicos, isto é, materiais. Aos algoritmos subjazem *scripts* que reconhecem comportamentos, analisam-nos e tiram conclusões sobre os mesmos, podendo compreender pistas, fragmentos e rastros do inconsciente dos usuários que nem mesmo eles, ou as pessoas mais próximas deles, conseguiriam interpretar. Gostos, emoções e vontades são vendidos e o mercado de dados pode dominar e conduzir o intelecto social (SILVEIRA, 2016, 2021; FALTAY, 2020).

Um mero jogo, viralizado por plataformas de comunicação como o Facebook, pode perfeitamente coletar dados com vistas a influenciar decisões em uma eleição, como foi o caso mais conhecido da Cambridge Analytica²². Também temos o caso brasileiro, sobre o qual discorreremos mais adiante. As redes sociais ainda influenciaram por meio digital o resultado de conflitos da Primavera Árabe ao construir narrativas sobre a guerra na Síria (LAURETTI, 2016; BARTKOWIAK et al, 2017). Casos desse tipo demonstram que plataformas digitais dispõem de volumes de amostras suficientes e capazes de determinar o rumo dos departamentos de *marketing* de empresas, definir metas comerciais e políticas, prever o interesse do consumidor. Mas não apenas isso; moldar esses interesses também faz parte de seus jogos de manipulação (SILVEIRA, 2016, 2021; FALTAY, 2020).

Com o tempo, percebemos uma presença crescente e massiva da população no uso de plataformas de relacionamentos e esse ecossistema emergente exigirá novos modos de pensar os indivíduos. Por certo, isto exigirá um entendimento sobre as maneiras de geração de valores a partir da interação da sociedade via tecnologia, o que abre brechas para o capital intervir no intelecto geral em uma sociedade baseada no conhecimento (CESARINO, 2019).

²² O veículo The Intercept, com sua característica crítica, explica o escândalo relacionado à Cambridge Analytica e ao Facebook na matéria a seguir: <https://theintercept.com/2017/03/31/o-facebook-nao-protegeu-30-milhoes-de-usuarios-de-terem-dados-acessados-por-uma-das-empresas-da-campanha-de-trump/> Acesso: 13/11/202.

A pesquisa de Letícia Cesarino, desenvolvida à aura do empiricismo etnográfico e pela análise qualitativa, com o intuito de organizar a experiência estudada, extraiu três pontos comuns que são, em sua conclusão, alimentados pelo “indivíduo pouco confiável cognitivamente”. Estes são: o populismo digital, o neoliberalismo e a pós-verdade. De toda forma, o populismo digital, para a autora, constitui tão somente o componente “político” de uma constelação mais ampla. Cesarino sugere que o estudo das mídias digitais na contemporaneidade se beneficiaria de uma reaproximação entre a cibernética das máquinas e a cibernética da vida (CESARINO, 2019, 2020).

Em 2018, Cesarino iniciou suas pesquisas se cadastrando como observadora-analista de quatro a cinco grupos bolsonaristas no aplicativo WhatsApp, justamente uma das plataformas privilegiadas nas últimas eleições brasileiras. O WhatsApp oferece diferentes mecanismos em relação ao Facebook, este último conhecido por influenciar as tomadas de decisão do povo americano nas eleições de Donald Trump e na saída do Reino Unido da União Europeia (CESARINO, 2019). No caso brasileiro, a autora destaca diferentes situações:

- a. Capilaridade: O alcance extraordinário realizado pela plataforma foi impressionante. Isto foi devido, entre outros motivos, aos Smartphones brasileiros operarem em esquemas de operadoras que oferecem *zero rating*, possibilitando o uso infinito dessa plataforma, sendo muitas das vezes o único meio de comunicação de muitos dos brasileiros.
- b. Confiança: A plataforma WhatsApp parece mais pessoal, pois reúne indivíduos que trocaram número de telefone, portanto parece mais restrita a pessoas próximas. Ela permite agrupar amigos, membros da família e do trabalho, oferecendo viés mais humano ao ambiente virtual e, portanto, inspira maior grau de confiança. Além disso, por ser criptografada, a plataforma parece segura. Todavia, trata-se de percepção equivocada, pois a criptografia pode ser eficaz em conversas entre duas pessoas, porém reduz sua segurança quando reúne grande número de pessoas. Por esses motivos, o usuário é bombardeado por informações muitas vezes tomadas como verdadeiras, mas que eventualmente foram manipuladas.
- c. Isolamento: Os grupos formados promovem mais um ponto paradoxal, ou seja, a formação de bolhas conduz ao desenvolvimento de opiniões endogênicas, fechadas às realidades exteriores.
- d. Ritmo: A autora cita que foi necessário sair eventualmente e voltar aos grupos nos quais estava registrada, devido ao grande volume de conteúdos compartilhados, de difícil controle para análises. O grande volume de informações recebidas gera vícios de

checagem cotidiana nos usuários, os colocando em um fractal cognitivo. Tais volumes se acentuam ainda mais em contexto eleitoral, no qual há mobilizações permanentes a exigir atenção.

- e. Linguagem: Por fim, percebeu-se que a linguagem usada nesse tipo de ambiente é frequentemente binária, vaga, simplista e reducionista, derivando inclusive para assuntos de autoajuda e *coaching*, contendo componentes afetivos que acabam por gerar efeitos convincentes. A arquitetura das redes tem contribuído para proliferar esse tipo de linguagem.

O exercício de Cesarino na tentativa de organizar sua pesquisa com uma quantidade massiva de dados foi, no fim, mais fácil do que se imaginava, visto o padrão desse extenso conteúdo ser tão similar. Assim, lhe foi possível identificar: 1) uma fronteira agonística amigo-inimigo; 2) equivalência entre liderança e povo; 3) mobilização permanente através de ameaças de crise; 4) espelhamento do inimigo e inversão de acusações; 5) produção de um canal midiático exclusivo (CESARINO, 2019) – pontos muito comuns ao caso populista, que extrapola o que traremos aqui na presente discussão.

Somado a essa pluralidade de elementos, há a apresentação de uma análise sobreposta à faceta neoliberal, tendo em vista a percepção do desejo de um punitivismo legal (geralmente relacionado a imigrantes, bandidos, corruptos), também do aumento da precariedade trabalhista – mesmo que não nessas palavras –, a redução das proteções sociais que, por consequência, aumenta o punitivismo e alimenta esse ciclo do desejo neoliberal. No caso bolsonarista, ainda prevê, na prática, mais pontos ao centrar sua desaprovação e “caça” na desqualificação moral da luta por direitos e proteção pelo Estado, quando luta contra um “marxismo cultural” que, na verdade, consiste em batalha neoliberal contra a regulação estatal (CESARINO, 2019).

Visto que esses pontos são simultâneos, a fronteira agonística amigo-inimigo é imposta a partir da linguagem citada acima: muitas vezes essa fronteira era produzida por imagens, músicas, padrões estéticos e outros que se traduziam em associações simplórias de cores e sons. Segundo Mirowski (2019), o neoliberalismo tem a desinformação e o desmonte educacional como essenciais ao seu funcionamento. Relações de fácil entendimento, reducionistas e que conduzem a conclusões simplistas, principalmente mediações que unicamente convêm à experiência e não-mediação, fazem parte do *habitat* neoliberal. Também, a característica amigo-inimigo é traduzida como inimigo-inimigo, de maneira que grupos são formados para destruir eventuais inimigos comuns que possam constituir obstáculos. De fato, tais atos fazem parte do concorrencialismo social intrínseco ao cotidiano desses grupos, mas que também é adotado pelos integrantes do próprio grupo. De toda forma, ainda relacionadas à produção da

verdade em um processo de retroalimentação, essas fronteiras passam a se sobrepôr a qualquer outra consideração. Nada convence esses grupos do contrário, nem mesmo evidências factuais.

Eles [o coletivo de pensamento neoliberal] não poderiam tê-lo antecipado nos anos sessenta, mas a mercantilização da internet foi o apogeu da visão de Stigler de uma ecologia da atenção das massas. Basicamente, o projeto político consiste não em convencer diretamente da superioridade do mercado sobre a sociedade num sentido didático, mas sim utilizar o mercado como um amplificador para reciclar as vulgaridades, tolices, amenidades - em suma, todo o ruído - de volta para aqueles que o produziram inicialmente, em um loop de retroalimentação cibernético, a ponto de as pessoas perderem a noção do que se passa no seu próprio mundo. (MIROWSKI, 2019, p. 24)²³

Assim como Hayek enxerga o mercado como mecanismo eficaz de alocação de recursos e também como mecanismo cognitivo (FOUCAULT, 2008), Mirowski (2019) absorve esse mecanismo, como citado acima, e conceitua o neoliberalismo como uma doutrina epistêmica.

Por vezes encontramos, especialmente nos últimos anos, grupos extremistas com maior legitimidade para suas falas, exibindo-as em atos e manifestações a favor de totalitarismos ou até mesmo em eventos com palestras versando sobre temas envolvendo pseudociências e conspiracionismos. Ainda, são cada vez mais naturalizadas essas opiniões que envolvem práticas epistemológicas relacionadas a rumores e linchamentos morais, que, aliás, lembram muito os fenômenos estudados por antropólogos, como bruxaria e feitiçaria. (CESARINO, 2019)

Enquanto Cesarino (2019) entende que fenômenos como esses estão sendo intensificados e reproduzidos pelo ambiente digital atrelado ao neoliberalismo, nós entendemos aqui, para além disso, que esses fenômenos, atualmente, estariam sendo construídos por influências de narrativas neoliberais.

Na tese de Paulo Faltay (2021), o autor tem como hipótese que “a crescente proliferação de narrativas paranoides e conspiratórias²⁴ se deve não apenas às impossibilidades cada vez

²³ No original: “They could not have anticipated it back in the 1960s, but the marketization of the Internet turned out to be the culmination of Stigler’s vision of an ecology of mass attention. Basically, the political project is not to directly convince anyone of the superiority of the market for society in any didactic sense; it is rather to use the market as an amplifier to recycle the vulgarity, twaddle, gibberish and overall noise back into the public that generates it in the first place, in a cybernetic feedback loop, to such an extent that they have no clue what is actually going on in their own world”. Tradução de Letícia Cesarino (2019).

²⁴ As narrativas conspiratórias buscam “compreender eventos significativos a partir de ações intencionais de grupos de pessoas ou organizações” (FALTAY, 2021, p. 82). O conspiracionista é dado como um paranoico com características de ser exageradamente acalorado, desconfiado, agressivo e apocalíptico. Seus discursos são compostos por lutas entre bem e mal, ódio direcionado ao outro - até mesmo direcionado aos membros do próprio grupo social conspiratório -, contando frequentemente com discursos tóxicos. A diferença do paranoico clínico é que o mundo hostil não é contra apenas ele próprio, mas contra milhões de pessoas. Além disso é mais racionalista, não necessariamente racional, mas intensamente racionalista: tem uma paixão exagerada por fatos, tem um trabalho exaustivo de acumulação de provas e evidências para as mais fantásticas conclusões. Esse perfil

maiores de distinção entre verdade e mentira, mas ao caos e à segurança informacional advindos de disputas epistemológicas e políticas no debate público” (FALTAY, 2021, p.7). Faltay supõe inicialmente que essas narrativas são fruto de investimentos de empresas de tecnologia, especificamente empresas técnicas em procedimentos de produção de conhecimento a respeito de indivíduos. Em sua tese, entre outros objetivos, pretende evidenciar regimes do saber e modos de ser em redes algorítmicas do capitalismo orientado por dados. Importante frisar que, quando o autor utiliza o termo “paranoide”, o está empregando sem fazer alusão à patologia. Apesar da tentação oferecida pela semântica do termo, a intenção não é de diagnóstico, mas para auxiliar em uma orientação de percepção da pesquisa (FALTAY, 2021).

Uma das grandes abordagens a respeito das teorias de conspiração sustentadas por Auspern (2012), Jameson (1991;1995), Knight (2001), Melley (2000), centra-se na popularização dessas narrativas sob a cultura de massas. Essa abordagem busca explicar como as produções de sentido desses grupos está atrelada ao “processo de globalização econômico e de políticas neoliberais, bem como o crescente avanço tecnológico e de ferramentas massivas de vigilância” (FALTAY, 2021, p.84). A narrativa soma-se a uma linguagem com camadas, além do estilo paranoide que contém entretenimento paródico, irônico, autorreflexivo, crítico e militante²⁵, que, segundo a abordagem desses autores, não se limitará a grupos de extrema-direita, afetando a cognição geral inclusive de grupos de esquerda.

Ao perceber que a palavra “algoritmo” assumiu protagonismo nas narrativas tecnológicas culturais e políticas contemporâneas, Faltay realizou uma pesquisa simples pela Internet com vistas a buscar entender os significados trazidos pelo senso comum em relação ao referido termo. O resultado trouxe significados relacionados à vigilância, anúncios, monitoramento intrusivo e consequências nocivas. Não é mais velado que o algoritmo de fato regula, influencia e gerencia rotinas. Entretanto, grupos como os chamados *Target Individuals* (TIs) interpretam de maneira ainda mais profunda o fenômeno tecnológico. Vitimizam-se expondo suas experiências e angústias como alvos de manipulação e controle mental por aparelhos eletrônicos e tecnologias digitais (FALTAY, 2021).

especificado é frequentemente simpaticante da extrema-direita e tem influência não-desprezível sobre instituições de peso na vida social, como Estado, mídia, universidades e o mercado.

²⁵ O canal do Youtube “The Corbett Report” é uma fonte “alt-right” (fonte alternativa de conteúdos de direita) que se coloca como fonte alternativa e independente de notícias apoiada por ouvintes. Contém 350 mil inscritos, 70 milhões de visualizações e ganha o selo do YouTube - mostra-se que as plataformas não se preocupam com o conteúdo, apenas com a quantidade de acessos que terão. No canal também contém nomes de vídeos com caráter chamativo, sempre colocando que será dita a verdade que não foi dita por ninguém antes. Por exemplo o vídeo “A verdade sobre o 11/09”.

Seria importante buscar entender o caráter contraditório de grupos caracterizados como TIs ao desconfiarem constantemente do sistema e da Internet, acreditando estar sendo perseguidos e, ao mesmo tempo, utilizando-se desses mesmos suportes para poder expressar essa angústia entre pares que compartilhem impressões similares. Grandes grupos conspiracionistas de diversos âmbitos foram formados e, ao mesmo tempo, alimentam a sensação de estarem fazendo parte de algo único, alimentando a impressão de terem constituído algo extraordinário, marcado por autoidentidade. Os TIs seriam, nesta tese, identificados como sujeitos influenciáveis, que significa, “[...] mediante o monitoramento do comportamento online, tornar os indivíduos e suas condutas objetos de intervenção a partir do conhecimento produzido pela identificação, classificação e cálculo automatizados de dados digitais pessoais e relacionais”. (FALTAY, 2021, p. 11)

Entretanto, Faltay afirma que a tecnologia, as aplicações comunicacionais e plataformas digitais, na verdade não atuam como agentes desses fenômenos da sociedade, “mas, antes, como componentes que afetam e incitam os modos dos sujeitos para produzir sentido”. (Idem, 2021, p. 10)

Ao apresentar casos de pacientes diagnosticados com paranoia e esquizofrenia paranoica submetidos à análise de psicólogos renomados como Sigmund Freud, Faltay apresenta uma comparação entre pacientes que viveram em espaços-tempo diferentes, mas com contextos paranoicos similares. Inclusive representados e registrados de formas parecidas: em desenhos dos próprios pacientes que apresentavam similaridades assustadoras. Muitas delas voltadas a máquinas paranoicas, envolvendo perseguição por um inimigo, uma caça específica, raios de extração de informação voltados para os órgãos genitais, entre outros. Após uma extensa análise, o autor desenvolveu uma percepção de influenciabilidade dos sujeitos, a fim de fomentar características das subjetividades paranoicas. Essas apresentavam 3 tendências: instabilidade das fronteiras do eu; uma fixação narcísica; e o engrandecimento de si e a própria construção de um meio social privado, tomado como realidade (FALTAY, 2021).

Aqui, o próprio autor considera que o segundo aspecto “[...] é uma forma de produção de discursos sobre si associada à concepção neoliberal do ser humano” (Idem, p.35), algo comentado neste artigo como concorrencialismo de si. E se exercitarmos mais um pouco, conseguimos enxergar a fronteira amigo-inimigo que se confunde com o individualismo inerente (CESARINO, 2019; FALTAY, 2021).

Para além disso, as redes sociais têm funcionado como ferramenta pedagógica de empreendedorismo de si, como visto no caso dos marqueteiros do presidente Jair Bolsonaro²⁶. Outras formas de garantir lucro online é o caso da monetização de *clicks*, em que *click baits* foram criados para espalhar uma série de sites não confiáveis que existem apenas para divulgar conteúdo político duvidoso financiado por *local based advertising*²⁷. Em um patamar mais amplo, encontramos plataformas elaboradas como uma maneira de *get-rich-quick scheme*, aprofundando o fordismo e a precarização do trabalho em uma *plataformização da vida*. As plataformas, entendidas como mediadoras ou criadoras de mercados, na verdade colocam-se entre a oferta e a demanda de um produto que não necessariamente possuem – os dados pessoais dos usuários –, enquanto isso extraem ao máximo possível os dados dos agentes e exploram os trabalhadores que precisaram se submeter à precarização generalizada do trabalho.

Esse formato está totalmente atrelado à forma como os indivíduos se utilizarão da Internet para produzir seus próprios conteúdos, visto que o lucro está totalmente ligado ao alcance e engajamento envolvendo a segmentação de um conteúdo. Para este ser consumido, reproduzido, requerido, precisa ser extremo, deve chamar a atenção e estar revestido de uma linguagem fácil, absurda, que procura grandes respostas sensacionalistas, tal como sugere Cesarino (2019) em sua análise.

O homem neoliberal, o empreendedor, não é considerado capitalista, produtor ou um inovador schumpeteriano. É, na verdade, um ser dotado de espírito comercial e que age diariamente para melhorar a sua sorte, é um construtor de situações proveitosas. Para alcançar seu objetivo de lucro está disposto a qualquer movimento, e o que inevitavelmente favorece suas ações é a informação. Informação sobre tudo, economia, política, mas principalmente, sobre o Outro, seu concorrente. Seu lucro advém, portanto, graças às informações que ele tem e os outros não. O que seria isso se não o conceito de Big Data? (DARDOT, 2017, p. 143-144)

Da mesma forma que o criador desse conteúdo quer alcançar público e lucratividade, como investimento pessoal e empreendedor de si, as plataformas desejam algo similar e irão intensificar a disseminação de conteúdos do tipo, distribuindo a informação de forma específica a grupos de pessoas diferentes que se encaixam, de acordo com os dados absorvidos, naquele tipo de sensacionalismo. Por isso, o conspiracionismo estará intrinsecamente atrelado ao modelo de negócio das plataformas, pois este contém todo o necessário para lucrar. Mais ainda,

²⁶ O esquema de “marqueteiros do Jair” e o conteúdo feito pelo próprio indivíduo: <https://theintercept.com/2018/08/23/xe-bolsonaro/>. Acesso em: 10/12/2021

²⁷ Para entender mais sobre o termo, acessar: <https://www.knorex.com/blog/articles/location-based-mobile-advertising>. Acesso em: 10/12/2021

coincide com valores neoliberais latentes, como “o atomismo, a competitividade e uma estrita oposição à ordem social”. (MELLEY, 2000, p. 57)

Por isso também as plataformas não podem ser entendidas como meros intermediários de dados e conteúdos. “Em certo sentido, essas concepções ecoam a ideia utópica da internet como uma arena pública e democrática onde podemos nos auto inventar e nos libertar de identidades e modos de subjetivação já estabelecidos”. (FALTAY, 2021, p. 94-95) Essa utopia não passa da falsa ideia neoliberal de liberdade, na qual os indivíduos desenvolvem a ilusão de estar produzindo seus próprios conteúdos, seus próprios destinos, mas, nos subterrâneos, há fortes direcionamentos ordenados e propositais desses conteúdos e das razões para produzi-los de tal maneira.

O perigo existente nessas narrativas está ligado ao meio político, ao envolver grupos e atores influentes que dominam instituições políticas e econômicas nacionais e internacionais. Estes incitam a tomada de meios de entretenimento e do controle da área cultural, legitimando formações sociais, no mínimo, antidemocráticas.

A *sociedade plataformizada* de Sodré denuncia uma proximidade alarmante entre a sociedade material e a digita. Isso se torna explícito ao se observar a influência não só na vida individual, como nas tomadas de decisões políticas mais sérias. A metamorfose mais moderna dessa jun o neoliberal e digital   a de digitaliza o da política, termo usado pela antropóloga Letícia Cesarino que deve ser assim entendido:

[...] diz respeito ao fato da constru o das nossas identidades políticas individuais e coletivas, suas agendas e dinâmicas, e escolhas eleitorais correspondentes estarem cada vez mais passando por meios digitais. Isso não muda apenas o conteúdo, mas a forma da política, e, portanto, sua própria natureza. (CESARINO, 2020, on-line)

O ambiente digital, portanto, foi totalmente subvertido pela prática de mercado. Apesar de uma grande difusão de informa es desordenadas, parece haver alguma ordem por trás da desordem (CESARINO, 2019; SILVEIRA, 2021).

[...]   medida que a grande indústria se desenvolve, a cria o da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que - sua poderosa efetividade -, por sua vez, não tem nenhuma rela o com o tempo de trabalho imediato que custa sua produ o, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplica o dessa ciência   produ o. (MARX, 2015, p. 426)

Nesse sentido, o dispositivo digital tem efeitos não desprez veis sobre a ciência e a esfera pública. Ao se alimentar do contexto de desorganiza o informacional provocado pela

expansão da Internet e sua economia de dados baseada na influenciabilidade dos sujeitos, em grande medida guiados por algoritmos, a verdade será colocada em objeção e poderá ser fabricada sem critérios.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente tema, apesar de recente, possui a profundidade de um *iceberg*, com diferentes pontas já à mostra, emergindo. Neste estudo objetivou-se pôr em evidência algumas das bases do tema, com vistas a demonstrar, antes de tudo, que a construção do ambiente digital contemporâneo parece estar fortemente atrelada ao aparato hegemônico neoliberal, de maneira que essas duas estruturas se retroalimentariam em uma tentativa de consolidação dos sistemas dominantes. Dessas relações gerar-se-iam efeitos únicos, como o impedimento de uma auto-organização social livre e racional, marcada por evidente lastro com a disseminação do fenômeno da pós-verdade.

No modo de produção capitalista haveria transformações paulatinas de absolutamente tudo em termos de bens de consumo; tudo aquilo que o ser humano cria o será realizado com finalidades mercadológicas. Consequentemente, ao desenvolver novas tecnologias e buscar constantes aperfeiçoamentos dos produtos, acaba-se por descobrir novos tipos de produtos passíveis de serem lançados no mercado. A informação em si, como visto anteriormente, sempre constituiu mercadoria evidenciada, entretanto, ganhou mais força e valorização ao ser traduzida em dados interpretáveis. A imensa coleção de mercadorias do modo de produção vigente, que será cunhada como Big Data, começa a comportar comunicação social e informações decifradas de forma personalizada.

As finalidades tecnológicas se tornaram subvertidas, ou seja, enquanto a tecnologia deveria servir para incrementar as riquezas das sociedades, otimizar o trabalho e reduzir as jornadas de trabalho, temos na verdade o completo contrário: aumento da pobreza, destruição da natureza, intensificação das jornadas de trabalho, fatores que eventualmente poderão acarretar maior produtividade, mas comprometer as relações entre trabalho e remuneração.

A indústria tecnológica (*tech industry*) experimenta sucesso econômico extraordinário, sobretudo através do uso de dados e conteúdos obtidos do próprio usuário. As plataformas, aplicativos e redes sociais se colocam apenas como mediadores entre a demanda e a oferta, acumulando esses conteúdos. Entretanto, parece se tratar de um engano pensar que o indivíduo transforma o meio cibernético. Este é, na verdade, controlado por grandes corporações de

tecnologia, que estruturam seus ambientes de acordo com interesses de consumo, enquanto o concorrencialismo social consiste em apenas mais uma armadilha para o sujeito influenciável, que por sua vez ocupa o lugar de objeto manipulável, porém essencial no interior dos jogos mercadológicos cibernéticos. “[...] o sujeito influenciável não é apenas descoberto pelas aplicações da ciência dos dados em ferramentas de personalização e direcionamento de conteúdo, mas antes produzido por enunciados, materialidades e práticas” (FALTAY, 2021, p. 73). Portanto, o sujeito influenciável se torna objeto e produto de investimentos tecnocientíficos. Com efeito, fora do ambiente digital o empreendedor de si acredita ser o gestor do próprio caminho, desfrutando de liberdade. Todavia, na verdade, seu caminho já está pré-traçado pela racionalidade hegemônica. Sua liberdade já está privada pela lógica diversa de aprisionamento de sujeitos.

Fundadores e participantes da escola de Mont Pelerin acreditam que o homem é um ser criativo, ativo e construtor e que não deve ter nada no seu caminho (DARDOT, 2017, p. 145). Entretanto, esconde que o homem não terá uma real liberdade para expressar sua criatividade, visto a necessidade *sine qua non* de se basear no lucro e não na sua própria inspiração. E assim é caracterizado o conteúdo digital, produzido por muitos – senão todos – os usuários das redes de informação globais. Enquanto se busca lucro, cada jogador incessante permanece atento para superar seu adversário em termos de conteúdos, de formas, em personalidade e tornar-se líder. Essa busca parece ser contagiosa e gerar ansiedades vigilantes, por vezes paranoicas (DARDOT, 2017, p. 147).

Tal processo parece representar o esvaziamento do atual sistema democrático vigente na maioria dos países da parcela ocidental e, também, do próprio debate político. Com isso, parece também afastar discussões sobre projetos de país e de visões de mundo, para se aproximar da estimulação ao medo, ao ódio, ao fanatismo, ao dogmatismo, a paranoias conspiracionistas de toda sorte. Esse novo paradigma relativiza o conhecimento científico, torna rasas as apreensões sobre a realidade e cria campo aberto à estruturação perigosa de uma sociedade de pós-verdades. Eis que parece emergir uma sociedade voltada contra si mesma, cansada e em processo de autodestruição. Entender esses processos, ou pelo menos parte de seus aspectos determinantes, tem relevância essencial para a compreensão de alguns fatos referentes às realidades contemporâneas, assim como nosso próprio papel enquanto sujeitos-psicanalíticos política e socialmente inseridos em tais modelos.

Entende-se, portanto, o ciberespaço como um dos dispositivos de controle mais usados pelo neoliberalismo hoje, que, por sua vez, constrói e define o que será o próprio ciberespaço, fazendo com que, dentro deste, seja colapsada a diferença entre política e outras esferas sociais

como entretenimento, *marketing*, crenças religiosas, empreendedorismo, ao mesmo tempo em que mantém para os sujeitos a sensação de liberdade e autogoverno, citada anteriormente (CESARINO, 2020).

Com o esvaziamento informacional, a transposição do ambiente político e a falta de *philos* de uma Sociedade Incivil, visualiza-se, enfim, o cenário montado por Muniz Sodré. Presenciamos, a partir disso, uma disseminação constante de discursos de ódio e a formação de grupos com opiniões totalitárias e potencialmente fascistas (SODRÉ, 2021). Para reverter tal situação será necessário partir de princípios contrários, desfazer relações de poder, desenvolver nichos de funcionamento social alternativos e tomar um espaço que nos foi tomado (VALENTE, 2021). Precisa-se difundir socialmente e digitalmente mais afeto e promover mais informação real.

Como tem feito o Oxford Internet Institute (OII) ao desenvolver pesquisas sociais sobre o uso da Internet, vício e discursos de ódio, em um desses estudos encontramos alusão à limitação dos códigos criados para moderar ódio online e, assim, propor melhorias, visto que o volume de ódio compartilhado e replicado online excede mais a cada ano, juntamente com suas diferentes formas de ser expressado (KIRK, 2021). O InternetLab, laboratório brasileiro que promove debate acadêmico e produção de conhecimento sobre as áreas de direito e tecnologia, também tem como um de seus direcionamentos de investigação os discursos de ódio (INTERNETLAB, 2019). Outros exemplos de laboratórios brasileiros são o Digilabou (Unisinos), LabLivre (UFABC) e o Observatório da Extrema Direita.

Com iniciativas como essas e ativismos presenciais e digitais quem sabe seja possível enfim descolonizar a internet. Como destacou Muniz Sodré (2021) em entrevista concedida à Unisinos, “[o] fascismo é estruturante, vive de ódio, e o ódio, portanto, é uma força agregadora: agrega para desagregar, é uma paixão destrutiva”.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOS, Karin. Governança e governamentalidade: relação e relevância de dois conceitos científico-sociais proeminentes na educação comparada. **Educação e Pesquisa**, v.36, n. especial, p. 023-038. São Paulo, 2010.

BRADSHAW, Samantha; HOWARD, Philip N. The Global Disinformation Disorder.. Em: **Global Inventory of Organised Social Media Manipulation**. Working Paper 2019.2 Oxford, UK: Project on Computational Propaganda, 2019.

BARTKOWIAK, Jaqueline Zandona et al. A PRIMAVERA ÁRABE E AS REDES SOCIAIS: O uso das redes sociais nas manifestações da Primavera Árabe nos países da Tunísia, Egito e Líbia. **CADERNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, v. 10, n.1, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/30432/30432.PDF>. Acesso em:

CARAM, Bernardo. **Governo avalia flexibilizar validade de alimentos em aceno a supermercados**. Folha de São Paulo. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/governo-acena-a-supermercados-e-vai-avaliar-flexibilizacao-da-validade-de-alimentos.shtml>. Acesso em: 20/09/2021.

CESARINO Leticia. Populismo digital, neoliberalismo e pós-verdade: uma explicação cibernética. Em: **Anais da VII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia, VII ReACT**. Florianópolis: UFSC, 2019.

_____. A virada digital do populismo: a cauda longa de uma transição profunda e complexa. [Entrevista concedida a] João Vitor Santos. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo. 27. jul. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/601291-a-virada-digital-do-populismo-a-cauda-longa-de-uma-transicao-profunda-e-complexa-entrevista-especial-com-leticia-cesarino>. Acesso em: 10/04/2021

_____. **Pós verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética**. v. 23, n. 1, p. 73-96, Florianópolis: Ilha, 2021.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**: Unesp, 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: Boitempo editorial, 2017.

DAVIS, Marc, Ron Martinez and Chris Kalaboukis. Rethinking Personal Information – Workshop Pre-read. Em: **Invention Arts and World Economic Forum**, June 2010.

ESCOBAR, Arturo. Other worlds are (already) possible: Self-organization, Complexity, and Post-Capitalist Culture. In: **The World Social Forum: Challenging Empires**, eds Jai Sen, Anita Anand, Arturo Escobar e Peter Waterman: Viveka Foundation New Delhi, 2004, p. 393-404.

FALTAY, Paulo. **Máquinas paranoides e sujeitos influenciáveis: conspiração, conhecimento e subjetividade em redes algorítmicas**. 2021. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

FREEDEN, Michael. **Liberalism divided: A study in British political thought 1914-1939** OUP Oxford, 1986.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica: Curso dado no College de France (1978-1979). 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

- GNU History. **GNU Operating System**. About GNU. Disponível em: <https://www.gnu.org/gnu/gnu-history.html>. Acesso em: 23/08/2021.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.
- JERVIS, Robert. Realism, Neoliberalism and Cooperation. **International Security**, Vol. 24, No. 1 (Summer 1999), pp. 42-63.
- JURNO, Amanda Chevtchouk. Plataformas, algoritmos e moldagem de interesses. **Revista Margem Esquerda**, n. 36. São Paulo: Boitempo, 2021.
- KIRK, Hannah Rose. **Tracking online hate speech one emoji at time**: Oxford Internet Institute (OII), 13 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.oii.ox.ac.uk/blog/tackling-online-hate-speech-one-emoji-at-a-time/>. Acesso em: 23/08/2021.
- LAURETTI, Patricia. Redes sociais constroem narrativas da guerra síria. **Unicamp Notícias**, 20/12/2016. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2016/12/20/redes-sociais-constroem-narrativas-da-guerra-siria>. Acesso em:
- LOPES, Dawisson Belém. A ONU tem autoridade? Um exercício de contabilidade política (1945-2006). **Rev. Bras. Polít. Int.** 50 (1): 47-65 [2007]
- LUPION, Bruno. O que é ordoliberalismo? **Carta Capital**, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/o-que-e-o-ordoliberalismo/>. Acesso em: 20/09/2021
- MARIUTTI, Eduardo Barros. **O Colóquio Walter Lippmann e a gênese do neoliberalismo**: apontamentos Eduardo Barros Mariutti: Unicamp, 2021. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD415.pdf>. Acesso em: setembro de 2021.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, 6 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- _____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo-antigo e moderno**. É Realizações Editora Livraria e Distribuidora LTDA, 2016.
- MIROWSKI, Philip. Hell is truth seen too late. In: **Boundary 2**: an international journal of literature and culture, v. 46, n. 1, p. 1-53, 2019.
- NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2012.
- ROCHA, Camila. **“Menos Marx, mais Mises”**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- RUGGIE, John Gerard. International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order. **International Organization**, Vol. 36, No. 2, International Regimes Spring. 1982. pp. 379-415.
- SAAD FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: uma análise marxista. Em: **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 3, n. 4, p. 58-72, 2015.
- SCHAIN, Martin. **The Marshall plan**: fifty years after. 1.^a ed. Nova Iorque: Palgrave, 2021.
- sem autor. **Gorda, porca, burra**: candidatas recebem mais de 40 xingamentos por dia no Twitter durante a campanha eleitoral. InternetLab, 2020. Desigualdades e identidades. Disponível em: <https://www.internetlab.org.br/pt/desigualdades-e-identidades/gorda-porca>

burra-candidatas-recebem-mais-de-40-xingamentos-por-dia-no-twitter-durante-campanha-eleitoral/. Acesso em: 23/08/2021.

sem autor: Reconhecer, resistir, remediar: discurso de ódio. InternetLab, 2019 [Em andamento]. Disponível em: <https://www.internetlab.org.br/pt/projetos/discurso-de-odio/>. Acesso em: 23/08/2021.

SILVEIRA, Sergio Amadeu; AVELINO, Rodolfo; SOUZA, Joyce. **A privacidade e o mercado de dados pessoais**. Liinc em Revista, v. 12, n. 2, 2016.

_____. O mercado de dados e o intelecto geral. **Revista Margem Esquerda**, ed. 36, 2021.

SODRÉ, Muniz. A obscenidade do capitalismo e dos partidos políticos pariu o neoliberalismo e a plataformização da vida. [Entrevista concedida a] Ricardo Machado, Patrícia Fachin e João Vitor Santos. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo. 10. jun. 2021. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/609935-a-obscenidade-do-capitalismo-e-dos-partidos-politicos-pariu-o-neoliberalismo-e-a-plataformizacao-da-vida-entrevista-especial-com-muniz-sodre>. Acesso em: 10/05/2021

SOUZA, Rafael de. Garimpo contra fome: sem comida, moradores do rio recorrem a restos de ossos e carne rejeitados por supermercados: **O GLOBO**, 2021. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/garimpo-contra-fome-sem-comida-moradores-do-rio-recorrem-restos-de-ossos-carne-rejeitados-por-supermercados-25216803?utm_source=Twitter&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo. Acesso em: 20/09/2021.

STALLMAN, Richard et al. **The GNU manifesto**. 1985.

STERLING-FOLKER, Jennifer. Realist global governance: Revisiting cave! hic dragones and beyond. In: **Contending Perspectives on Global Governance**. Routledge, 2006. p. 27-48.

SUTTON, Theodora. **Digital Harm and Addiction: an Anthropological View**. Oxford Internet Institute (OII), 4 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.oii.ox.ac.uk/blog/digital-harm-and-addiction-an-anthropological-view/>. Acesso em: 23/08/2021.

VALENTE, Mariana G.; PESCHANSKI, João Alexandre. Colonização da internet e suas resistências. **Revista Boitempo. Margem Esquerda**, ed. 36, 2021.

VASCONCELOS, Francisco Antonio de. Filosofia ubuntu. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 3, n. 2, p. 100-112, 2017.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C. A OMC e a constituição (incerta) de uma ordem econômica global. **RBCS** Vol. 20 nº. 57 fevereiro/2005.